

PCP lança Campanha Nacional de Fundos

São os trabalhadores
que apoiam o Partido

Pág. 7

EM FOCO

Justiça favorece classes dominantes

A situação do sistema de Justiça em Portugal analisada pelo PCP, que aponta a necessidade de um programa de medidas urgentes.

Pág. 15

E não se podia privatizá-los?

Depois de tanta privatização, porque não privatizar o resto, os deputados, por exemplo?!

■ Sérgio Ribeiro

Pág. 14

ÚLTIMAS

Hoje em Estocolmo

Saramago recebe o Nobel

Pág. 24



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 10 de Dezembro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1306 • Director: José Casanova

3.º Congresso da CNA em Matosinhos

O mundo rural vivo e em luta



Págs. 5 e 6



**Carlos Carvalhas
no Encontro
de Quadros
do Distrito
de Setúbal**

Págs. 8 e 9

**POR UMA
POLÍTICA
DE ESQUERDA**

CGTP – confiança no futuro

**Fortalecer
e
inovar**

Centrais

Entrevista com Manuel Carvalho da Silva



Sim, amanhã que cantem



ORT's de Lisboa desfilam após um plenário realizado no dia 3

RESUMO

2 Quarta-feira

O Vale do Côa é inscrito como Património Mundial da UNESCO ■ Dois camiões espanhóis carregados de porcos são atacados por desconhecidos, na zona do Montijo ■ A Assembleia da República aprova um documento que apela ao secretário-geral da ONU para enviar rapidamente uma delegação permanente para Timor-Leste, de forma a «evitar atentados contra a humanidade» ■ Os estudantes indonésios voltam a manifestar-se em Jacarta, exigindo o julgamento de Suharto e a demissão de Wiranto ■ Na Turquia, Bulent Ecevit é nomeado primeiro-ministro ■ Na Argélia, um novo massacre provoca a morte de 12 pessoas.

3 Quinta-feira

O PCP apresenta um programa de medidas urgentes para a resolução dos problemas da Justiça ■ A comissão de inquérito da Assembleia da República sobre as privatizações dos governos de Cavaco Silva interroga Belmiro de Azevedo ■ Numa acção concertada, os bancos centrais dos países que aderiram ao euro descem as taxas de juro de cedência de liquidez aos bancos comerciais para três por cento ■ O Parlamento Europeu aprova o estatuto único do eurodeputado ■ É anunciado que Francisco Fadul é o novo primeiro-ministro do Governo de Unidade Nacional da Guiné-Bissau ■ Na Irlanda do Norte, os partidos envolvidos nas negociações de paz concordam em criar dez departamentos governamentais.

4 Sexta-feira

No Porto, o PCP promove um debate sobre «Alimentação e Globalização» ■ É anunciada a descida dos preços da electricidade em 4,7 por cento para o uso doméstico e em 10 por cento para a grande indústria ■ Dois jovens morrem num acidente de viação de um autocarro em Marco de Canaveses ■ A França e a Grã-Bretanha defendem, numa declaração conjunta, a criação de um organismo militar especificamente da União Europeia ■ A ONU apela à Unita para cooperar na retirada urgente de 14 observadores militares deslocados em Angola ■ A OSCE denuncia a violação do cessar-fogo no Kosovo, tanto pelos sérvios como pela comunidade albanesa.

5 Sábado

Realiza-se o Encontro Distrital de Quadros de Setúbal, com a participação de Carlos Carvalhas ■ Tem lugar a 4.ª Assembleia da Organização do Concelho de

Aljustrel ■ Jorge Sampaio inicia uma visita de dois dias ao Baixo Alentejo ■ Começa o XV Congresso do Partido Comunista de Espanha, em Madrid... ■ ... e em Angola o MPLA dá início ao seu 4.º Congresso ■ As autoridades indonésias anunciam que vão entregar armas a civis em 440 aldeias timorenses como medida de protecção contra os guerrilheiros independentistas.

6 Domingo

A CNA reúne-se em congresso, em Matosinhos ■ É anunciado que a Inspeção do Trabalho detectou nove menores a trabalhar numa fábrica de calçado em Felgueiras ■ A Alemanha aceita a manutenção do fundo de coesão nos países beneficiários que vão aceder ao euro, grupo que inclui Portugal ■ Mais de 2000 presos palestinos detidos em Israel iniciam uma greve da fome exigindo a sua libertação ■ Hugo Chávez é eleito Presidente da Venezuela.

7 Segunda-feira

Ramos Horta defende a suspensão das negociações entre Portugal e a Indonésia sobre Timor-Leste, após ter tomado conhecimento que o representante da ONU, Tamsrat Samuel, não se deslocará a Alas ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha declara-se a favor da dissolução da UEO (União da Europa Ocidental), de forma a permitir a criação de uma identidade europeia de defesa ■ Os albaneses, segundo Fehmi Agani, chefe da equipa negociadora albanesa, consideram «inaceitável «a última versão» do projecto de acordo para o Kosovo elaborado pelo mediador americano Christopher Hill ■ O Observatório Europeu para os Fenómenos Racistas informa que um terço dos europeus se declaram abertamente racistas ■ Tropas governamentais angolanas ocupam o Bailundo, no Huambo.

8 Terça-feira

Pela primeira vez, a União Europeia e a NATO encontram-se para estreitar relações ■ A secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, manifesta apoio dos EUA ao processo de negociações para Timor-Leste entre Portugal e a Indonésia... ■ ... e propõe aos aliados europeus novas missões para a NATO no século XXI ■ Forças da UNITA ocupam a povoação de Cuanza, 107 km a leste do Cuíto ■ A Autoridade Palestiniana denuncia obstruções de Israel à aplicação do acordo de Wye Plantation e pede intervenção dos EUA ■ Três britânicos e um neozelandês são encontrados decapitados na república independentista da Chechénia.

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos - assim começa o artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral da ONU há precisamente cinquenta anos.

Todo o texto da Declaração está impressivamente marcado pelos ideais humanistas de liberdade, de justiça, de solidariedade contidos nesta primeira frase. Pelos seus trinta artigos perpassam o desejo e a esperança de que «todos os povos e todas as nações» coloquem, como «ideal comum a atingir», o respeito pelos direitos políticos, civis, económicos, sociais, culturais, do ser humano.

Fazendo a síntese do que há de melhor no pensamento e nos ideais de cada homem e de cada mulher, a Declaração tem as suas origens profundas, quer na busca de felicidade, nos valores, nos sonhos que têm comandado a marcha da Humanidade; quer em documentos como a Declaração do Homem e do Cidadão de França e a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América; quer, ainda, em acontecimentos que, como a Revolução de Outubro, procuraram dar expressão concreta ao sonho de construção de uma sociedade nova, humanista e humanizada, justa, fraterna, solidária.

Cinquenta anos passados, o balanço da concretização dos desejos e das esperanças contidas na Declaração é, incontestavelmente, negativo acentuando o seu carácter de declaração de intenções, de expressão de uma generosa ambição.

Com efeito, direitos humanos fundamentais são todos os dias brutalmente violados em todos os países do Mundo. E o facto de a Declaração estar «traduzida em mais de duzentas línguas» e ser «o documento mais vezes citado em todo o Mundo», só agrava o carácter negativo desse balanço...

A tentativa, infelizmente conseguida, de identificar direitos humanos apenas e só com liberdades políticas é, talvez, do ponto de vista ideológico, a mais grave de todas essas violações, na medida em que tem como objectivo visível rasgar e deitar para o lixo a essência da Declaração, ou seja, os princípios de universalidade, de indivisibilidade e de interdependência dos direitos do homem. Em nome deste mutilado e perverso conceito de direitos humanos foram cometidos, nas últimas cinco décadas, os mais hediondos crimes e espezinhados muitos dos mais elementares direitos humanos.

Acresce que, como era inevitável, essa concepção redutora conduziu a um empobrecimento crescente das próprias liberdades políticas, deturpando-as, adulterando-as e aviltando-as através de bem organizadas operações de lavagens de cérebros.

Um sistema político-partidário complementado com um modelo de sufrágio universal que jamais ponha em causa «o estado natural das coisas» e que assegure a vitória tranquila de uma das duas cabeças componentes desse mutante político que é o unipartidarismo bicéfalo - eis o modelo que tem sido imposto como exemplo intocável de respeito integral dos direitos humanos.

A verdade é que um sistema que vive e se alimenta da exploração do homem pelo homem é incompatível com a aplicação plena desse texto solidário e generoso que é a Declaração Universal dos Direitos do Homem

A sublimação hipócrita dos direitos políticos aparece, assim, como forma de assegurar luz verde para a violação branqueada de todos os outros direitos; para «legitimar» a exploração e a opressão, o desemprego e a insegurança no trabalho, a miséria e a fome, a falta de habitação e de cuidados de saúde, a exclusão e a segregação social - em suma, para agir contra os direitos humanos em nome... dos direitos humanos.

A verdade é que, um sistema que vive e se alimenta da exploração do homem pelo homem - e que, por isso mesmo, é intrinsecamente violador dos mais elementares direitos humanos; e que, por isso mesmo, é gerador de injustiças, de violências, de discriminações, de egoísmos, de individualismos - é incompatível com a aplicação plena desse texto solidário e generoso que é a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Porque não é possível conciliar o inconciliável. E quando os defensores e beneficiários do sistema capitalista se proclamam exemplares e singulares defensores dos direitos humanos, sabem que estão a representar a mais despidorada exibição de hipocrisia e a insultar a dignidade dos milhões de humilhados e ofendidos, de explorados, de «famélicos da Terra».

Direitos humanos? Pois bem, observemo-los: todos os anos mais de 50 milhões de pessoas, na maioria crianças, morrem de fome e por falta de cuidados médicos; mais de mil milhões comem o indispensável para não morrer de fome; mais de metade da humanidade vive com menos de 2 dólares por dia; dezenas de milhões de crianças e de jovens vivem, comem, dormem nas ruas;

300 milhões de crianças entre os 5 e os 14 anos estão condenadas à escravatura do trabalho infantil... e, enquanto isso, sabe-se que a alimentação hoje existente chegaria para alimentar dez mil milhões de pessoas (ou seja, o dobro da população mundial); sabe-se que bastaria que as 225 maiores fortunas do Mundo prescindissem de menos de 4% da sua riqueza para que a população do planeta tivesse acesso às necessidades básicas (alimentação, água potável, educação, saúde) ... e sabe-se, ainda, que a fortuna dos 358 homens mais ricos é igual aos rendimentos anuais de 45% da população do globo; e que as três pessoas mais ricas do Mundo possuem uma fortuna superior à soma dos produtos internos brutos dos quarenta e oito países mais pobres...

Comemorar o 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem é relembrar o renascimento de um sonho secular da Humanidade e alimentar a esperança num futuro feito à dimensão do ser humano. Um futuro que nascerá da substituição deste sistema desumano em que vivemos por um outro que tenha como objectivo e como prática o cumprimento da Declaração - futuro difícil de alcançar mas alcançável. Porque não desistiremos de lutar por ele com a determinação, a confiança, a esperança de quem, seja em que situação for, e muito concretamente nestes tempos de noite e pranto, não desiste de sonhar com amanhã que cantem...

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculo: 47058.
NIF — 500 090 440
— Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A justiça, a lógica e a razão

Em editorial intitulado "Pinochet não é o único tirano", o Director do "Público", José Manuel Fernandes (JMF), pergunta-se, entre outras coisas, o seguinte: "Se hoje a Espanha pode julgar Pinochet, amanhã os Estados Unidos poderão prender Fidel Castro?" Independentemente da pertinência de algumas das considerações produzidas por JMF no referido texto, a pergunta acima citada obriga a um comentário, na medida em que, nos moldes em que é formulada, aparece despropositada e incompreensível e se presta a perigosas confusões.

Com efeito, por que carga de água, com que lógica, com que fundamentos é que os EUA "poderão prender Fidel Castro"? Para além da óbvia impossibilidade de, seriamente, se estabelecer qualquer comparação entre o fascista Pinochet e o revolucionário Fidel Castro, acresce que as razões pelas quais a Justiça espanhola pretende julgar o assassino chileno prendem-se com o facto, incontornável, de Pinochet ser responsável pela execução de um conjunto de cidadãos espanhóis - questão que não pode ser invocada, com seriedade, se se trata de avaliar a situação Cuba-EUA. Bem pelo contrário.

Na verdade, a História de Cuba é um dos muitos exemplos da sistemática prática criminosa do imperialismo norte-americano. As ingerências, as violências, as ocupações, os crimes cometidos pelos vários governos dos EUA contra Cuba - "legalizados" por essa monstruosidade jurídica, política e humana gerada em 1823, que dá pelo nome de "Doutrina de Monroe" e que constitui um dos princípios essenciais da imperial política externa dos EUA - têm tido consequências que pedem meças aos brutais crimes cometidos pelo fascista Pinochet (crimes, aliás, só possíveis graças à intervenção dos EUA na preparação, organização e concretização do golpe fascista de 1973).

Assim, as tentativas de assassinato de Fidel Castro e de outros líderes da Revolução Cubana protagonizadas por vários governos dos EUA; as repetidas acções provocatórias contra o regime cubano; as tentativas de invasão e ocupação de Cuba; o criminoso bloqueio que há quase quatro décadas tenta liquidar Cuba socialista - não só retiram qualquer lógica à pergunta formulada pelo Director do "Público" como

suscitam uma série de lógicas e pertinentes interrogações.

Repito: por que carga de água é que os EUA "poderão prender Fidel Castro"? Para, com esse acto criminoso, obterem o que através de uma vaga imensa de crimes não conseguiram obter? E quando JMF geme que "infelizmente, a maior parte dos Estados ainda não são Estados de Direito", em que categoria é que inclui o Estado norte-americano? Além disso, há alguma razão - uma só que seja! - para reconhecer ao imperialismo norte-americano qualquer autoridade nesta matéria? E, posto isto, qual vai ser a composição - portanto, os critérios e a prática - do tão desejado (por JMF) "tribunal internacional decidido em Roma"? É que, se alguém tem que prender alguém, mandam a justiça, a lógica e a razão que sejam as vítimas a prender os algozes, isto é e no caso concreto colocado por JMF, que seja Fidel a prender Clinton e todos os seus antecessores.

■ José Casanova

Uma sociedade com futuro humano

Há quem se permita comentar com ironia, ou com sarcasmo, ou mesmo com satisfeito ódio mal disfarçado, a permanente esperança da humanidade em «amanhã que cantem»... Com referências históricas óbvias à aposta que milhões de seres humanos fizeram num mundo verdadeiramente novo e melhor.

O meio século que hoje se comemora da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** merece, a este respeito, alguma reflexão. Não só quanto à sua aplicabilidade e obrigatoriedade, mas ainda para uma actualização mais ousada dos direitos humanos.

Desde o primeiro respirar da vida em sociedade, o ser humano é, sujeito de direitos, isto é, seu detentor e a eles submetido. Mas uma coisa é a existência de direitos, quantas vezes negada nos tempos, e outra a sua consagração político-jurídica.

O aprofundamento e universalização dos direitos humanos é, precisamente, uma marca indelével que percorre o Século XX, através de grandes revoluções e audaciosas experiências históricas. E não venham os comentadores dos confins da História e dos livros negros tentar amesquinhar, negar ou denegrir os passos decisivos que nesse percurso foram dados no caminho aberto pela revolução russa de 1917. Aí, pela primeira vez, os direitos económicos, sociais e culturais, foram alargados aos direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada no rescaldo da grande luta revolucionária que esmagou o nazifascismo, reflecte, em certa medida, ainda que de forma insuficiente, esses avanços civilizacionais da primeira metade do Século XX.

Que fazer desta Declaração é o que temos de pensar. Não pode surgir-nos apenas como ocasião para múltiplas comemorações de exaltação verbal e formal.

Principalmente quando no mundo se regista que muitos daqueles que se auto-arvoraram guardiões dos direitos humanos são responsáveis ou cúmplices de gritantes violações desses direitos, ao mesmo tempo que praticam, protegem, e defendem «indignos direitos» desumanos, como o «direito» à exploração do trabalho e à dominação dos povos, ao confisco dos direitos sociais económicos e culturais, à expolição dos Estados e das suas soberanias, à devastação e pilhagem do nosso planeta.

São, afinal, «direitos» desumanos que resultam da própria essência do sistema capitalista e se evidenciam na «globalização» da pobreza com muitos e muitos pobres em nome da globalização dos interesses de uns poucos ricos e muito ricos.

A par da verdadeira e eficaz aplicação dos direitos humanos - de todos e para todos - a questão mais urgente que se coloca no nosso tempo, é, com efeito, a luta contra os direitos desumanos aplicados e proclamados pelos executantes da exploração do grande capital e pelo seus protectores e porta-vozes.

Para que finalmente o mundo possa caminhar no sentido de uma sociedade com futuro humano...

■ Aurélio Santos

VENEZUELA Vontade de mudança

A recente aquisição do *Banker's Trust* americano pelo *Deutsche Bank* alemão é um dos exemplos mais recentes e mais significativos da febre de fusões-aquisições que se apoderou de sectores estratégicos da economia. Febre que é expressão da «guerra económica» entre as grandes potências e os grandes monopólios transnacionais, da sua luta pela partilha e domínio de mercados, da corrida ao máximo lucro. A centralização e concentração do capital e da riqueza que hoje se verifica numa escala sem precedentes é acompanhada pelo alastramento, igualmente inédito, do desemprego, da pobreza, da marginalização social. A brutal deterioração das condições de vida das grandes massas é directamente proporcional ao crescimento dos lucros e das cotações bolsistas. Está criada uma situação insustentável que inevitavelmente conduzirá a explosões de descontentamento e protesto social e a grandes e por vezes surpreendentes movimentos de rejeição do estado de coisas existente. Da clareza de objectivos e grau de enraizamento popular dos seus protagonistas dependerá em última análise o seu resultado.

Vem isto a propósito das eleições presidenciais na Venezuela. Eleições «democráticas», no quadro de um regime «pluralista», numa das «grandes democracias» latino-americanas onde há 30 anos funciona um «salutar» sistema de alternância entre dois grandes «partidos democráticos». E assim sendo tudo deveria estar a decorrer na «normalidade». Mas não está. Os «democratas» da AD social-democrata e do Copei «democrata-cristão», a coligação disfarçada de contraposição que têm dominado a vida política venezuelana, entraram em pânico. Os grandes interesses económicos dominantes neste riquíssimo país ameaçam com retaliações. Agita-se o espantoso de golpe de Estado: uns porque consideram que Hugo Chávez, o candidato dos «descamisados» apoiado por forças de esquerda seria um «golpe de Estado eleitoral»; outros porque desejam um autêntico golpe de Estado reaccionário que sufoque a vontade de mudança do povo venezuelano. O amigo americano, que tem na Venezuela o seu principal fornecedor de petróleo, agita-se. E a julgar pelos títulos sensacionalistas do "Público" de hoje, 6.12.98 - «Portugal tem planos para retirar emigrantes» -, até o governo português teria entrado na dança.

Noutra ocasião se voltará à questão venezuelana, que não pode configurar-se simplismente a preto e branco, e em que certamente, em torno da candidatura do coronel Hugo Chávez, conflui um leque de interesses e aspirações muito amplo e até contraditório. Uma coisa é porém clara: os agudos problemas sociais e as violentas contradições da sociedade venezuelana apelam a profundas transformações democráticas, sendo evidente que a esmagadora maioria do povo rejeita a podridão do sistema, aspira à justiça social e a uma efectiva democracia. É isso que os interesses instalados consideram intolerável, na Venezuela como em qualquer outro país, chegando mesmo a agitar o papão do pinochetismo e da intervenção estrangeira contra quaisquer propósitos de radical mudança das regras do jogo.

O que se passa na Venezuela, sejam quais forem os resultados das eleições presidenciais e a evolução ulterior dos acontecimentos, é uma nova confirmação de que, um pouco por todo o mundo, se alarga o combate às injustiças e desigualdades sociais que se aprofundam, e cresce a resistência ao domínio avassalador das multinacionais e das organizações internacionais que, como o FMI, servem os seus interesses. É importante assegurar que este país, para onde foram mourejar tantos portugueses em busca de uma vida melhor, possa encetar, sem pressões, ameaças e intervenções externas - uma alternativa progressista de desenvolvimento assente na vontade do seu povo.

Nota - Este artigo foi escrito antes de conhecidos os resultados das eleições que Hugo Chávez venceu folgadamente.

■ Albano Nunes



Foto: Januário Trigo

Culpado - «Não fui eu. Foi o porco...»

CNOD quer deficientes como parceiros sociais

A CNOD - Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes realizou este fim-de-semana o 7.º Congresso Nacional de Deficientes, que decorreu no Fórum Lisboa sob a consigna «Pelos Direitos Humanos dos Deficientes em Portugal» e coincidiu com o 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Uni-

das. Participaram nesta realização cerca de 500 delegados, além de entidades oficiais e numerosos convidados nacionais e estrangeiros. Deste Congresso saiu a reivindicação ao Governo para que a CNOD seja considerada parceiro social, dando assim voz institucional aos muitos milhares de deficientes portugueses, cujos problemas - enormes,

vastos e complexos - continuam, segundo a CNOD, a não merecer a devida atenção das autoridades do país. «No momento em que a União Europeia nos possibilita trocas de experiências que trazem à superfície a grande distância que nos separa de alguns parceiros europeus, é urgente que os nossos governantes cumpram e façam cumprir as resoluções

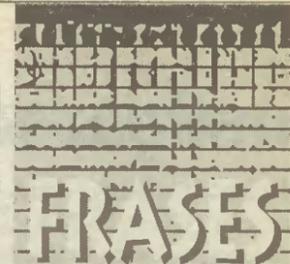


nacionais e internacionais, de modo a criar condições para que os deficientes portugueses sejam considerados cidadãos, membros de

pleno direito da sociedade, e usufruam de condições iguais que lhes permitam o acesso à educação, à cultura, aos tempos livres, ao

emprego, enfim, a uma vida igual», afirma a CNOD. Entre as 37 medidas reivindicadas por este Congresso, conta-se a criação de uma linha

telefónica SOS Voz do Deficiente e de um instituto de gestão quadripartida dos riscos profissionais e acidentes de trabalho.



“Dir-se-ia que não vivem no mesmo mundo do que o comum dos portugueses, os nossos “fazedores de opinião”. Só lhes interessa o fútil (...) O que nunca lhes interessa, nunca, é o que os outros sofrem na carne”

(António Rego Chaves, Diário de Notícias, 5.12.98)

“[Para os “fazedores de opinião”] importa mesmo é o julgamento de Leonor Beleza (mas não os hemofílicos mortos e as suas famílias), a viagem de João Soares à Indonésia (mas não os mártires de Timor), a ingovernança de Guterres (mas não as suas vítimas), a frenética oposição de Marcelo (mas não a sua vacuidade), as infantis promessas de Portas (mas não a sua demagogia)”

(idem, ibidem)

“Megafusões não acontecem por imposição do mercado, mas por imposição dos gestores ou dos accionistas que encontram essa forma para atingir os objectivos de partilha de um clube monopolizador e da redução dos custos com despedimentos em massa”

(Victor Cunha Rego, Diário de Notícias, 7.12.98)

“Congresso do PSD adopta medidas para melhorar finanças - Marcelo cobra bilhetes”

(Título de A Capital, 4.12.98)

“A vantagem do jornalismo escrito sobre o televisivo consiste em dar à História e ao seu primeiro esboço uma segunda oportunidade”

(Clara Ferreira Alves, Expresso - Revista, 5.12.98)

“Na minha vida profissional fiz todas as greves que considere indispensáveis a forçar o poder político a tomar as melhores decisões. Não fiz esta greve [«self service»] porque a considero de concepção individualista, pouco ética e lesiva para a imagem dos médicos”

(Ana Aleixo, candidata a Bastonária da Ordem dos Médicos, Expresso, 5.12.98)

“A justiça demorar 10 anos não é culpa do advogado. É culpa de um investigador pouco inteligente ou de uma lei menos própria”

(Pires de Lima, novo Bastonário da Ordem dos Advogados, 24 Horas, 6.12.98)

“Verificamos que este Governo, em determinados momentos e em relação a matérias muito sensíveis, confunde a estratégia e o interesse nacional com o interesse dos grupos económicos. Em determinados momentos, é de uma grande leviandade a tratar com o poder económico, até ao ponto de nos surpreender”

(Manuel Carvalho da Silva, Público, 7.12.98)

Os 23 anos de ocupação indonésia assinalados em Timor e em Portugal

Na passada segunda-feira, 23.º aniversário da invasão e ocupação de Timor-Leste pela Indonésia de Suharto, portugueses e timorenses assinalaram em Portugal a trágica data, nomeadamente lançando flores no rio Tejo, em Lisboa, cerimónia que também se realizou em Dili, onde os timorenses também lançaram flores na ribeira de Baibessi. As cerimónias de Dili ini-

ciaram-se com uma missa no cemitério de Santa Cruz, onde participaram representantes das organizações sociais que actuam no território e dos cinco partidos locais (FRETILIN, UDT, APODETI, KOTA e Partido Trabalhista). Entretanto, segundo uma fonte da resistência timorense contactada telefonicamente pela Lusa, a situação em Timor-Leste continua

grave. Mais de 200 pessoas de Canaco, Bolibó e Atabai estão refugiadas em Dili e há dificuldades em alimentá-las. A resistência tem tentado contactar o delegado da Cruz Vermelha mas ele está

doente e «já ninguém sabe o que há-de fazer» para alimentar os deslocados refugiados em Dili para escapar às acções de repressão indonésia. Referindo-se ao massacre de Alas, esta fonte

disse que a resistência já elaborou uma lista com os nomes de 70 desaparecidos e que a região continua inacessível, pois os militares indonésios não permitem a circulação de ninguém.



Nova descida das taxas de juro

Os 11 bancos centrais dos países da «zona do euro» (entre os quais se inclui Portugal) decidem avançar com uma medida concertada de descida das taxas de juro, fixando-as em 3%, valor considerado como «o ponto de partida para o arranque da terceira fase da União Económica e Monetária». Esta descida - que ocorreu a 29 dias do lançamento oficial do euro como moeda única nos 11 países da União Europeia que a ele aderiram - teve também por

objectivo travar a «desaceleração» da economia e «devolver a confiança aos agentes económicos», no dizer de altos responsáveis. Esta medida teve como efeito imediato o travamento das quedas bolsistas que se estavam a verificar na generalidade das bolsas de valores da União Europeia. Todavia este «optimismo» no imediato está longe da euforia, nomeadamente porque a crise financeira a nível mundial está longe de se resolver.

Novo módulo da estação espacial

Coube, esta semana, aos EUA o lançamento do segundo módulo da futura estação espacial internacional, que irá ser solidamente acochado ao primeiro módulo lançado recentemente pela Rússia através de um dos seus foguetões Proteu. Os norte-americanos enviaram esta segunda

unidade da estação orbital através de mais um voo do veículo espacial «Endavour». A «Unity» - nome do módulo dos EUA - será ligado ao módulo russo «Zaria», que constituiu o primeiro dos previstos 28 módulos da gigantesca estação espacial, em cuja construção estão envolvidos 15 países

e que se prevê entrar em funcionamento em 2004. Essa estação terá mais de 200 metros de comprimento, será visível da Terra a olho nu e poderá albergar várias tripulações permanentemente. É também considerada uma peça-chave para o lançamento de futuras missões tripuladas a Marte.



Governo turco derrubado por uma moção de censura

Na sequência de uma moção de censura por alegada corrupção, cai o governo laico e de coligação encabeçado pelo primeiro-ministro conservador turco, Mesut Yilmaz. A derrota consumou-se quando 314 dos 500 deputados votaram favoravelmente a moção. Antes da votação, a maioria dos deputados havia-se pronunciado contra, nomeadamente, o ministro da Economia, Gunes Taner, implicado na venda fraudulenta do banco Turk Ticaret Bank a um notório mafioso, com presumível conhecimento do primeiro-ministro Yilmaz. A crise surgiu quando o partido social-democrata de Denis Baykal deixou de apoiar a coligação minoritária encabeçada por

Yilmaz, juntando-se aos deputados islâmicos e aos da rival conservadora de Yilmaz, a ex-primeira-ministra Tançu Ciller. A detenção, em Itália, do líder curdo Ocalan permitiu ao primeiro-ministro Yilmaz uma trégua interna de curta duração, assente em exacerbações nacionalistas e ameaças veladas de represálias comerciais contra a Itália se esta não extraditasse o líder curdo, mas tais rompantes foram rapidamente anulados pelo presidente da União Europeia, Jacques Santer, que ameaçou, por sua vez, o governo turco com represálias comerciais de toda a União Europeia caso se concretizasse o boicote turco aos produtos italianos.

Investigação a Suharto recebida com cepticismo

O presidente indonésio, Yusuf Habibie, anunciou a realização de eleições legislativas no país - as primeiras desde que, em 1955, Suharto se apossou do poder através de um sangrento golpe de Estado apoiado pelos EUA - marcando-as para 7 de Junho de 1999. Destas eleições sairá uma Câmara que, a 29 de Agosto seguinte, nomeará um novo presi-

dente da República, que, deste modo, não será sufragado por eleições gerais. Habibie ordenou também uma investigação oficial do fabuloso património do ex-presidente Suharto, acumulado ao longo de 32 anos de pilhagem e governação corrupta. Esta «investigação» agora ordenada por Habibie foi recebida com cepticismo em Jacarta, onde se

duvida da vontade e da capacidade do presidente Habibie para investigar o seu mentor. Recorde-se que Yusuf Habibie foi colocado na presidência da Indonésia pelo próprio ditador Suharto, quando este se viu a braços com protestos populares incontáveis contra o regime por si encabeçado, sangüinariamente, durante 32 anos consecutivos.

CNA em Congresso

«**A** nossa luta de agricultores portugueses e da CNA não foi, não é, nem será fácil. Mas sem luta seremos trucidados.

Só lutando, como até hoje, afirmaremos a nossa cidadania de trabalhadores da terra.» Uma ideia sublinhada na intervenção de Joaquim Casimiro, da direcção da CNA, e que perpassou os trabalhos do III Congresso da Confederação Nacional da Agricultura. Em perspectiva, e se não vier a registar-se entretanto a urgente mudança nas políticas agrícolas, Lisboa será palco de uma nova grande concentração camponesa, em Fevereiro, contra esta reforma da PAC.



Em defesa

A grave crise da agricultura portuguesa foi tema de todas as intervenções ao longo do Congresso da CNA. Uma crise para que há respostas, que passam fundamentalmente pela defesa e medidas de apoio à agricultura familiar

de um mundo rural vivo

Realizado no ano em que se assinalam os 20 anos da CNA, o Congresso reuniu no passado fim-de-semana, em Matosinhos, cerca de dois mil representantes de agricultores de todo o país e contou com a presença de 22 delegações estrangeiras.

De destacar a presença do ministro da Agricultura e de um representante do Presidente da República, para além de outras entidades, nomeadamente uma representação da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, incluindo deputados do PCP, PS e PSD.

De entre as delegações estrangeiras, sublinha-se a presença da Via Campesina e da CPE - Coordenadora Agrícola Europeia, de que a CNA é filiada, e ainda dos vizinhos do Sindicato Labrego e da COAG-Coordenadora das Organizações de Agricultores e Criadores de Gado - Iniciativa Rural/Espanha.

Problemas partilhados

«O arroz que não se vende ou se vende a baixo preço lá na longínqua Índia é um problema nosso, dos agricultores portugueses, como o excedente de um milhão de toneladas de suíno na União Europeia é problema dos e para todos os outros agricultores familiares do planeta. Lutando pela valorização do nosso trabalho, defendendo a dignidade da nossa profissão, não consentindo que nos ponham em concorrência e competição uns com os outros, também promovemos a cooperação e fraternidade entre nós.» Esta uma vertente da intervenção de Joaquim Casimiro - a da cooperação e solidariedade nas acções e lutas das organizações agrícolas.

Cooperação que se afirma no

plano internacional e sobretudo, naturalmente, a nível nacional, privilegiando o movimento cooperativo e intensificando relações com diversas organizações, instituições e personalidades, pois «a democracia também se faz e defende por esta articulação de vontades, opiniões e actos».

Num balanço sucinto dos últimos quatro anos de vida da CNA, desde o último Congresso, em Dezembro de 1994, o dirigente da Confederação refere, como primeiro facto relevante, o reconhecimento da CNA, pelo Governo e Ministério da Agricultura, como parceiro social, facto posteriormente completado pela aprovação, na Assembleia da República, sob proposta do PCP, da legislação que abre as portas do CES, Conselho Económico e Social, às organizações de agricultura familiar.

A importância da luta surge como nota dominante na intervenção de Joaquim Casimiro que afirma que «só a luta pode salvar os agricultores e a agricultura portuguesa».

Num breve balanço, o dirigente da CNA lembra, só neste ano de 1998, a realização de duas dezenas de concentrações, desfiles e plenários regionais e, em particular, a jornada de 17 de Abril, que juntou numa concentração em Lisboa cerca de sete mil agricultores, «contra uma política agrícola e uma reforma da PAC que os pretende liquidar como produtores, como cidadãos activos na economia nacional». A maior manifestação de agricultores até hoje realizada em Lisboa.

Como linhas mestras da acção da CNA, Casimiro refere «o reforço e consolidação das estruturas da CNA e associa-

das; o reforço do seu apetrechamento técnico-científico; o reforço da coordenação e da solidariedade entre a CNA e associadas, e entre estas; o reforço geral do associativismo; a preservação da iniciativa e da autonomia da CNA e associadas; a permanente mobilização dos agricultores e agricultoras; o diálogo e a luta».

Quem chama chulos aos senhores dos bancos?

«Quem chama *chulos* aos senhores dos bancos, que nos sangram em vida - a agricultura portuguesa está a pagar uma média de 50 milhões de contos por ano, só em juros - e que têm aumentado os lucros de 30, 50 e 100% ao ano, enquanto os nossos rendimentos descem todos os anos?» A questão, frontal, foi colocada por Amândio Freitas, da direcção da CNA, num ponto da sua intervenção em que questiona a ideia, por vezes divulgada na informação, de que os agricultores viveriam «à grande e à francesa», à custa dos contribuintes.

«Saibam que, por exemplo, em 1997, cada activo agrícola teve em média de rendimento líquido 70% do salário mínimo nacional. Isto é, se nesse ano o salário mínimo foi de 56.700\$00, o salário médio dos agricultores portugueses não chegou a quarenta contos», esclareceu o dirigente da Confederação, que refere, por outro lado, que em 1997 duzentas e sessenta mil explorações receberam em média menos de cem contos, enquanto mil e quinhentas recebiam em média mais de vinte mil contos.

As responsabilidades da

governança na situação ruïnosa da agricultura portuguesa são denunciadas pelo dirigente da CNA, num longo repertório em que refere, nomeadamente, a falta de um seguro agro-pecuário acessível e eficiente, a ausência de fiscalização da proibição do uso de produtos animais nas rações, normas de distribuição de fundos comunitários que privilegiam a grande propriedade, uma má avaliação dos prejuízos causados pelas intempéries, o encerramento de postos e salas de ordenha, a invasão do mercado nacional por produção de baixa qualidade, a insuficiência de verbas destinadas à agricultura.

Em defesa da agricultura familiar, Amândio Freitas lança dois desafios ao Governo e ao Ministério da Agricultura. O primeiro, «que não aceite, não permita que a agricultura portuguesa seja mais uma vez moeda de troca nas negociações na Agenda 2000». O segundo, que corresponda às sugestões da OCDE e, para corresponder à multifuncionalidade do trabalho agrícola - função produtiva, função ambiental, função social -, avance com o estabelecimento de «um limiar de segurança do rendimento agrícola». Ou seja, «estabeleça um rendimento mínimo por activo para as explorações agrícolas familiares», não sendo de admitir «novas liberalizações comerciais, novas descidas de preços, novos desguarnecimentos das fronteiras comunitárias, sem que sejam estabelecidas e concretizadas as medidas que permitam salvaguardar a agricultura familiar portuguesa».

A salvação da agricultura passa entretanto também pela





mão dos agricultores, sublinha, a concluir, Amândio Freitas.

Pela melhoria e aperfeiçoamento do trabalho - «numa maior atenção ao uso de químicos e de manipulações que podem pôr em causa os equilíbrios da natureza, ofendendo a terra e a água, ofendendo a genética dos nossos animais. No reforço do associativismo económico e cooperativo.

Numa maior formação profissional e recurso ao aconselhamento técnico, agrícola e económico».

Pelo «crescer da nossa denúncia junto dos órgãos de soberania do que está mal na lavoura». Por uma boa utilização do voto.

E, finalmente, «na continuação da luta», pois «nada será capaz de a substituir».



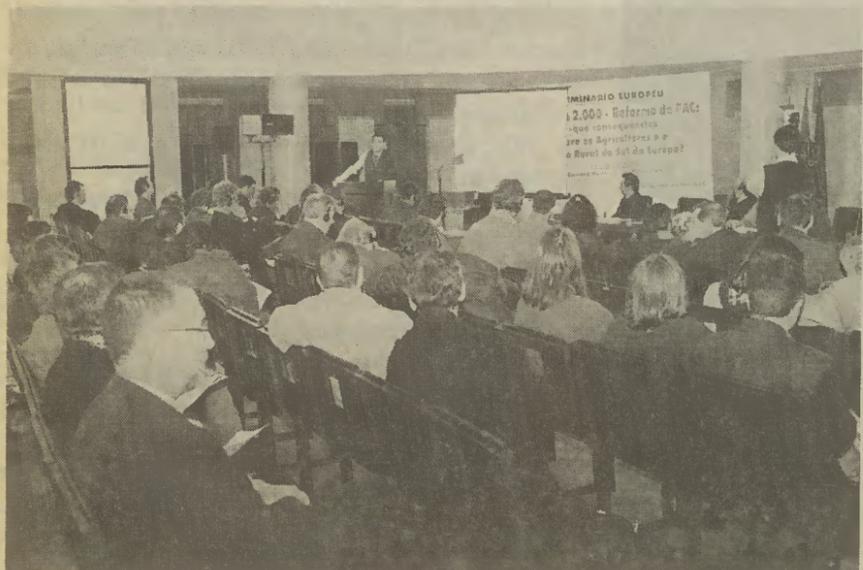
Declaração

«O III Congresso da CNA e da agricultura portuguesa declara como urgente e indispensável:

- Que o Governo faça retiradas do gado bovino e dos suínos, pagando os animais a preços justos à produção das explorações familiares, e imponha preços no talho e para o consumidor em correspondência com a grande baixa de preços na produção;
- A atribuição de indemnizações aos agricultores das pequenas e médias explorações com prejuízos significativos causados pelo mau tempo;
- A melhoria do sistema de seguros agrícolas (SIPAC) de forma a pô-lo ao serviço da lavoura e não ao serviço das companhias seguradoras, como sistema geral e global de seguro agrícola, pecuário e florestal;
- A criação de um sistema de crédito bonificado à lavoura que permita o seu efectivo desendividamento. Com taxas de juro a zero e com prazos de amortização não inferiores a 15 anos para a agricultura familiar;
- O aumento dos apoios oficiais, técnicos e financeiros, ao sector cooperativo e em particular às cooperativas leiteiras, hortofrutícolas, lagares de azeite e cooperativas, adegas cooperativas, permitindo a diminuição dos custos do seu funcionamento para assim viabilizar a função social das cooperativas;
- A concretização de uma política de nivelção dos preços dos factores de produção com a União Europeia, continuando a

baixa dos preços do gásóleo e electricidade, estendendo a bonificação a outros combustíveis, redução e controlo dos preços de outros factores, rações, adubos, pesticidas, produtos veterinários e sementes;

- Uma redução significativa das prestações mensais para a Segurança Social dos pequenos e médios agricultores e sem perda de direitos, no quadro de uma reformulação global da Segurança Social para os rurais;
- Funcionamento de um sistema nacional da sanidade animal da responsabilidade do Estado;
- A regulamentação e aplicação da legislação sobre as políticas florestais e a tomada de medidas para a efectiva prevenção e combate aos incêndios, com respeito pela propriedade comunitária e pela gestão democrática dos baldios;
- O controlo severo das importações e a fiscalização rigorosa das actividades comerciais das grandes empresas e multinacionais e sempre que necessário e possível aplicar medidas de salvaguarda e defesa da produção nacional;
- O reforço do Orçamento de Estado nas verbas necessárias para acudir às actuais necessidades da agricultura portuguesa, nomeadamente para as situações decorrentes das intempéries e crise nos mercados de bovino e suíno, e às participações necessárias para um integral aproveitamento dos fundos comunitários.»



No quadró do Congresso, realizou-se um Seminário Europeu sobre Agenda 2000/Reforma da PAC, promovido conjuntamente pela CNA e pela AEFPR (Associação da CPE - Coordenadora Agrícola Europeia)

JCP/Porto define linhas de intervenção

As linhas de intervenção da organização comunista de juventude no distrito do Porto para 1999 foram definidas pela Direcção Distrital da JCP, em reunião realizada a 5 de Dezembro.

Em documento divulgado à imprensa, a Direcção Distrital da JCP começa por fazer uma breve apreciação dos resultados do referendo sobre regionalização, considerando que «a avaliação que é feita do esforço de esclarecimento na campanha não secunda os resultados negativos e salda-se positivamente».

No quadro da preparação do VI Congresso da JCP, a Direcção Distrital do Porto aposta, em particular no desenvolvimento de um conjunto de matérias relacionadas com o racismo, a toxicodependência, a exigência de uma sexualidade esclarecida, a discussão do sentido actual de um sistema de Defesa Nacional, o associativismo, o ambiente, a solidariedade e a actualidade do ideal comunista.

No primeiro tema a aprofun-

dar - o racismo -, a JCP/Porto sublinha o «crescimento de fenómenos de segregação racial motivado pela adopção de políticas comunitárias que fomentam a discriminação racial na Europa, ao mesmo tempo que a própria UE e os EUA praticam uma política global de destruição dos recursos económicos e naturais dos países do hemisfério sul, impossibilitando portanto a existência de qualidade de vida nesses países».

Os «jovens e a solidariedade» é abordado na perspectiva de um «futuro onde o desenvolvimento do homem não seja desregulado nas relações sociais e onde o factor humano não seja cada vez mais subjugado ao imperativo do «sucesso».

No debate sobre a «actualidade do ideal comunista», está em

causa «a sua permanente relação com uma prática de transformação e renovação sociais que pretende ser cada vez mais enriquecida com instrumentos que permitam aprofundar o seu conhecimento da realidade e poder assim tornar mais frutífera a sua intervenção por uma sociedade melhor».

No sentido de levar «esta prática de discussão e intervenção social até às últimas consequências», a JCP/Porto considera que «esta dinâmica não deve constituir apenas um ciclo finito, e que se deve prolongar depois do Congresso».

Os jovens comunistas do Porto pretendem assim criar um amplo movimento de intervenção política que lute por uma «política de esquerda visível, coerente e consequente».

«É no sentido de produzir um movimento social cada vez mais amplo e intenso que a JCP se pretende reforçar», concluem os jovens comunistas.

Pensões para 1999

A Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos - MURPI manifestou o seu descontentamento relativamente aos aumentos de pensões decididos pelo Governo para 1999, e que vêm agravar a discriminação já sensível quando dos aumentos intercalares de 1 de Outubro, em que apenas 200.000 pensionistas, de um total de 2.200.000, foram contemplados.

O MURPI chama a atenção para o montante irrisório dos aumentos de 1 de Dezembro, que irão agravar ainda mais a injustiça social, e reafirma a sua exigência de um aumento intercalar de 3.500 escudos e a aproximação de todas as reformas inferiores a 85% do salário mínimo nacional, em finais de 1999.

A Confederação reclama ainda o respeito pelos direitos adquiridos, pagamento integral das dívidas à Segurança Social, reposição do poder de compra das pensões mínimas, a idade de reforma das mulheres aos 62 anos.

Homenagem aos capitães de Abril

A Câmara Municipal de Almada promoveu uma homenagem aos capitães de Abril, no dia 5 de Dezembro, no 25.º aniversário da primeira reunião da Comissão Coordenadora eleita do Movimento dos Capitães, em 1973, numa casa da Costa da Caparica.

Vasco Gonçalves, Vasco Lourenço, Vítor Alves, Otelo Saraiva de Carvalho, Marques Júnior, estiveram presentes na cerimónia de descerramento de uma lápide comemorativa da data, na fachada da casa. «A liberdade começa aqui», lembra a placa de homenagem da Câmara de Almada.

Convívio de reformados em Prior Velho

Mais de duas dezenas de pessoas participaram, na passada 6.ª-feira, numa sessão de debate e esclarecimento com a população do Prior Velho, promovida pela CDU.

A sessão, que decorreu no Centro de Convívio de Reformados, Pensionistas e Idosos, teve como temas de debate a actividade autárquica durante o ano de 1998 e o desenvolvimento do Prior Velho nos próximos anos. Temas abordados pela presidente da Junta de Freguesia, Olinda Nunes.

CDU de Alcochete denuncia política de ambiente

«Toneladas de alcatrão e entulhos de todo o tipo têm sido soterrados nas imediações dos acessos à Ponte Vasco da Gama, no concelho de Alcochete, fazendo perigar a qualidade dos lençóis friáticos e o equilíbrio ecológico com eventuais consequências nefastas imediatas para a agricultura local», foi denunciado no Encontro Concelhio de Alcochete da CDU, realizado domingo passado nas instalações da Junta de Freguesia do Samouco.

Em comunicado de imprensa a CDU sublinha que «a denúncia, já anteriormente feita pela Câmara Municipal daquele concelho a várias entidades, com destaque para a Direcção Regional do Ambiente, continua sem resposta, ao mesmo tempo que o Governo anunciou a constituição de um organismo vocacionado para a gestão das salinas do Samouco sem se preocupar em ouvir o município e ter em conta as inúmeras propostas que este tem feito no sentido da preservação daquele ecossistema».

O Encontro da CDU, que reuniu cerca de 50 eleitos locais e outros quadros e contou com a presença de Daniel Branco, membro do Comité Central do PCP, fez o balanço do primeiro ano de mandato no concelho e decidiu marcar para o primeiro trimestre de 1999 um debate aberto sobre o futuro do concelho.

Em debate irão estar questões como a problemática da relação entre o crescimento urbanístico resultante da Ponte Vasco da Gama, a preservação do meio ambiente e a garantia de um desenvolvimento sustentado que seja sinónimo de qualidade de vida.

Pela paz no Sahara Ocidental

Partiu de Lisboa, no dia 3 de Dezembro, a caravana de solidariedade com o Povo Saharavi. A caravana de Lisboa junta-se à da Galiza em Santiago de Compostela e segue para os acampamentos de refugiados no sul da Argélia, em Tindouf.

Esta acção resulta de uma campanha de solidariedade dinamizada pelo Conselho da Paz (CPPC), à qual aderiram duas dezenas de estruturas e organizações, tendo sido recolhidos cerca de 1000kg de material vário.

SAMORA CORREIA A verdade dos factos

Face à campanha de «deturpação de factos» e «manipulação de informações» desencadeada pelo «Mosaico» (Movimento de Samora a Concelho), a propósito do Projecto de criação do município de Samora Correia, a Comissão Concelhia de Benavente e a Comissão de Freguesia de Samora Correia do PCP decidiram repor publicamente a verdade.

Assim, lembram que o PCP tem vindo a dar voz «à legítima aspiração da criação do concelho de Samora Correia» desde 1982, ano da apresentação do Projecto de Lei, «ao contrário de outros, que só agora parecem ter despertado apressada e desajeitadamente para a questão». Aliás, foram o PSD e o PS que, com os votos contra do PCP, impuseram a substituição da Lei 11/82, ao abrigo da qual Samora preenchia todas as condições para a elevação a concelho, tornando esse objectivo mais difícil. Também, ao contrário do que o «PSD/Mosaico procura, falsa e hipocritamente fazer crer», o agendamento para votação da criação dos concelhos de Trofa e Odivelas apenas resultou do «único consenso possível» na conferência de líderes dos partidos.

AÇORES PCP recebe agricultores

Uma delegação da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores, integrando José Decq Mota, Mário Abrantes e António Roberto, encontrou-se, no passado dia 24 de Novembro, com a Direcção da Associação Agrícola de S. Miguel, dirigida pelo seu presidente Manuel António Martins, para debaterem em conjunto a situação política na Região, as suas repercussões para a agricultura, a proposta de Plano e Orçamento Regional para 99 e a adaptação do sistema fiscal à realidade regional.

No final do encontro, realizado num momento em que o PP e o PSD tentam a «conquista imediata do poder regional» e o Governo PS revela um «acentuado imobilismo», Manuel António Martins considerou «ser essencial uma alteração de comportamentos» com vista à rápida solução de alguns problemas agudos da lavoura e da agricultura.

Por seu turno, José Decq Mota, sublinhando «a proximidade de pontos de vista» das duas organizações, anunciou que o PCP «continuará a dar voz e expressão política às justas reivindicações dos agricultores».

PÓVOA de SANTA IRIA Estação nova problemas velhos

Mais de um mês passado sobre a abertura oficial da nova estação da Póvoa - que serve as freguesias de Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria e Vialonga - e após quase 2 milhões de contos gastos, os habitantes do núcleo histórico da Póvoa e os comerciantes da zona circundante continuam a sofrer «um penoso calvário».

São as Comissões de Freguesia do Forte da Casa, da Póvoa de Santa Iria e de Vialonga do PCP que o dizem, lembrando que os comerciantes continuam a não ter os seus problemas resolvidos - limpeza e reparação de edifícios e equipamentos -, e a população do núcleo histórico da Póvoa a ver dificultada e limitada a deslocação entre os dois lados da linha.

Por outro lado, os utentes têm o acesso aos comboios muito dificultado, sendo que as escadas rolantes e os elevadores frequentemente não funcionam e a estação não possui bancos ou assentos nem recipientes para o lixo. Problemas que o PCP denunciou, em conferência de imprensa realizada na estação da Póvoa e para os quais exige imediata correcção.

HOLANDA Assembleia reúne

No próximo domingo, a Assembleia dos comunistas na Holanda vai reunir, tendo como principais temas de debate os problemas da emigração portuguesa na Holanda e as questões internas da organização local do PCP, nomeadamente a programação das tarefas que se lhes colocam no próximo ano eleitoral.

BARREIRO Governo «encena» consulta

A propósito da eventual instalação da Estação de Tratamento de Resíduos Industriais Perigosos no Barreiro, a Concelhia do PCP condenou publicamente a atitude do Governo de transformar «o que devia ser um importante acto de consulta à população» numa «mera encenação do exercício da democracia». Atitude que o PCP diz «claramente subjugada aos interesses dos grandes grupos económicos». Foi, aliás, com preocupação que os comunistas tomaram conhecimento pelos órgãos de informação que, em Alhandra, «antecipando qualquer decisão», foram já incinerados resíduos, produzindo poeiras em valores muito superiores aos admitidos pela Organização Mundial de Saúde. Assim, deixam um aviso ao Governo: se a vontade da população não for respeitada, o Barreiro «será um ainda maior exemplo de resistência e combate que nada, mas mesmo nada, vergará».

PCP lança Campanha Nacional de Fundos «São os trabalhadores que apoiam o Partido»

Na sua última reunião, o Comité Central do PCP decidiu avançar com uma Campanha Nacional de Fundos para fazer face às despesas extraordinárias das campanhas eleitorais para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República. Sobre a campanha, que terá início a 1 de Janeiro e prolongar-se-á até 31 de Outubro, o «Avante!» ouviu Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central, e Euclides Pereira, membro do Comité Central.

Explicando a razão da campanha, Henrique de Sousa disse que «às despesas extraordinárias, que excedem em muito a previsão das receitas e das despesas normais da actividade do Partido, há que fazer corresponder um esforço adicional de todo o Partido. Particularmente no quadro de grande desproporção de recursos que caracteriza a cena política portuguesa e é patente nas campanhas eleitorais». Além de que «é preciso deixar de considerar a recolha de fundos como uma actividade menor ou uma actividade envergonhada». Pois, diferentemente dos outros partidos - que têm o apoio de grandes grupos económicos -, «é da tradição e da natureza do nosso Partido que sejam os trabalhadores, aqueles que nos apoiam, a sustentar e a garantir a autonomia política do PCP».

A propósito da meta estabelecida - 250 mil contos -, Euclides Pereira faz duas observações. A primeira diz respeito ao seu núcleo mais activo do Partido que terá de fazer um esforço para conseguir convencer os militantes em geral, os trabalhadores e os muitos amigos do Partido de que o êxito da campanha dependerá essencialmente do seu próprio envolvimento.

A outra é para lembrar que, paralelamente às duas batalhas eleitorais - para o Parlamento Europeu e para as Legislativas -, o Partido vai continuar, no dia-a-dia, a luta pela resolução dos problemas dos trabalhadores e das populações, o que exige de todos nós um esforço suplementar.

CAMARADAS FALECIDOS

Ivo Madeira Nobre

Faleceu no passado dia 30 de Novembro, com 71 anos de idade, o camarada Ivo Madeira Nobre, advogado, membro do Partido desde a juventude. Foi um dos fundadores do MUD Juvenil no Algarve. Participou nos movimentos de oposição à ditadura e nas diferentes candidaturas democráticas. Trabalhou muitos anos ligado ao aparelho clandestino central do Partido, a quem prestava apoio de casa, carro e transporte. Depois do 25 de Abril, participou na elaboração da lei eleitoral e de outras leis que se fizeram imediatamente a seguir ao derrubamento da ditadura.

Mário Pinto Carvalho

Faleceu no passado dia 28 de Novembro, com 55 anos de idade, o camarada Mário Pinto Carvalho, destacado militante da Organização Local do Porto. Quadro do Partido de grande dedicação, assumiu na Cidade do Porto várias tarefas e responsabilidades, desempenhando, ultimamente, funções de responsabilidade no Sector de Fundos da DORP.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Descentralizar a recolha de fundos

Nesta campanha, como, aliás, em campanhas anteriores, a utilização de cupões - no valor de 1000, 5000, 10 000 e de 50 000



«A recolha de fundos deve deixar de ser uma actividade envergonhada», considerou Henrique de Sousa

escudos - será a forma privilegiada de recolha de fundos. A aposta, segundo Henrique de Sousa, está sobretudo numa descentralização muito grande das iniciati-

vas. Esperamos, disse, «que esta campanha não fique nas preocupações dos responsáveis e dos principais quadros mas que penetre profundamente no conjunto e na base do Partido».

Para ajudar a uma maior visibilidade da campanha vão ser editados diversos materiais centrais, tais como um cartaz e um folheto, com um destacável que permite efectuar directamente as contribuições, que podem ainda ser depositadas numa conta bancária especial referida no folheto.

Embora esteja em estudo a possibilidade de algumas iniciativas públicas, as comemorações do aniversário do Partido e dos 25 anos do 25 de Abril são considerados dois momentos privilegiados para a afirmação da campanha.

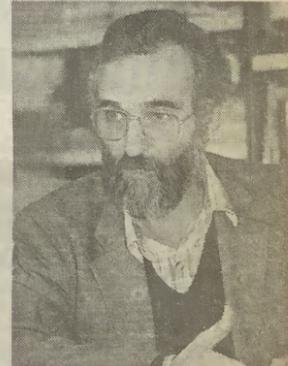
Entretanto, para evitar atrasos no seu arranque, o Partido lançou um apelo às organizações - que este mês terão disponíveis os materiais básicos para animação e propaganda - para que, ainda em Dezembro, estabeleçam objectivos e definam responsabilidades, de modo a inserir a campanha, logo no início do ano, na programação geral da sua actividade.

Euclides Pereira adianta, por sua vez, estar em consideração o lançamento, no princípio do ano, de uma jornada nacional de recolha de fundos. «Esta é a melhor forma de fazer desta batalha uma actividade não envergonhada:

todo o Partido vai estar na rua, às claras, a falar com toda a gente e a pedir-lhe o seu contributo.»

Enfim, estes dois dirigentes - que integram a Comissão Administrativa e Financeira, que coordenará a campanha - estão confiantes de que a meta não só será atingida, como, se possível, ultrapassada.

Mas para o êxito da campanha, diz Henrique de Sousa, «é necessário que, desta vez, as organizações façam circular a informação, divulguem testemunhos vivos das iniciativas, do trabalho, dos projectos e do andamento da campanha, utilizando nomeadamente as páginas do «Avante!».



Para Euclides Pereira, as campanhas eleitorais colocam ao Partido a necessidade de um esforço suplementar

Porque «uma informação viva e continuada funciona como elemento de circulação de experiências e como importante elemento de animação desta campanha».

Sintra Sector de empresas reúne Assembleia

Realizou-se, no passado dia 21 de Novembro, no Centro de Trabalho de Rio de Mouro, com a presença de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, a 1.ª Assembleia do sector de empresas do concelho de Sintra.

Mais de 30 delegados fizeram ao longo do debate uma análise aprofundada à situação do Partido e das empresas, definiram os objectivos para 1999 e elegeram o organismo de direcção para o sector, constituído por sete elementos. Um debate rico, que abriu perspectivas muito promissoras de desenvolvimento do trabalho do Partido nas empresas do concelho.

Entretanto, o balanço ao trabalho realizado - reuniões, criação de células, recrutamento, quotizações, distribuição da imprensa e materiais do Partido, acção de esclarecimento junto dos trabalhadores -, permitiu a definição de orientações para o trabalho futuro, que passam, designadamente, pela continuação e intensificação da luta contra o Pacote Laboral e a melhoria do acompanhamento da situação social e dos problemas dos trabalhadores.

No encerramento dos trabalhos, José Casanova, referindo-se à necessidade do reforço das células e do trabalho nas empresas como factor de reforço da influência do Partido, afirmou

que «a fonte de força essencial do Partido está na sua estreita ligação à classe operária e aos trabalhadores.»

Por isso, o organismo agora eleito, disse o dirigente comunista, «deve procurar não só acompanhar e dar mais força interventiva às células já existentes como procurar criar novas células em novas empresas. Há, em cada empresa, um espaço específico só ocupável pela célula do Partido: se a célula existe, esse espaço está ocupado, se não há célula, esse espaço está vazio».

Chamando, depois, a atenção para a política do Governo, José Casanova considerou que «o Governo do PS leva por diante uma política de classe, traduzida no favorecimento sistemático dos interesses do grande capital e na violação sistemática dos interesses e direitos dos trabalhadores». Assim como «a oposição a uma política de classe é uma oposição de classe», o PCP «destaca-se não só como a oposição de esquerda mas como a única oposição, de facto, à política de direita».

Encontro de Quadros de Setúbal

Um Partido mais

Mais de 300 militantes comunistas participaram no Encontro de Quadros da Organização Regional de Setúbal do PCP, que teve lugar, no passado sábado, no Ginásio Clube da Baixa da Banheira e que contou com a presença de Jorge Pires, membro da Comissão Política, e de Carlos Carvalhas, Secretário-geral do Partido, que encerrou os trabalhos. (ver intervenção à parte).

A iniciativa correspondeu objectivamente ao compromisso assumido no encontro alargado, realizado em Abril último, na Cruz de Pau, no sentido de, uma vez lançadas as medidas organizativas e de quadros que contribuísem para a concretização do novo impulso a que o Comité Central concitou

as organizações e os militantes do Partido, fazer-se um balanço, após um razoável período de tempo (oito meses), dos objectivos então traçados e prosseguir o aprofundamento da discussão.

Marcados que foram estes oito meses por duas importantes batalhas políticas naci-

onais (os referendos sobre a interrupção voluntária da gravidez, a 28 de Junho, e sobre a regionalização, a 8 de Novembro), este novo encontro de quadros do distrito de Setúbal teve, entretanto, como pano de fundo, a realização da 5.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal, a 20 de Fevereiro do ano que vem, no Pavilhão da Siderurgia Nacional, em Paio Pires, estando já o Regulamento da sua fase preparatória distribuído na organização.

No conjunto de trinta intervenções proferidas no Encontro, que abordaram a activida-

O agravamento do défice comercial traduz as debilidades da nossa economia e a substituição crescente da produção nacional pela estrangeira, alertou Carlos Carvalhas, na Baixa da Banheira

Carlos Carvalhas na Baixa da Banheira

(...)

Nem o marketing político, nem as campanhas de propaganda de vários ministérios pagas com o dinheiro de todos nós, nem a intensificação dos governos em diálogo onde não faltam as promessas, conseguem apagar a contestação à política seguida por tantos e tão diversos sectores.

Quem se guiasse apenas pelos discursos oficiais e pelos actos de propaganda governamental seria levado a concluir que vivemos no melhor dos mundos...

Infelizmente a realidade mostra-nos que não é assim.

Muitos pensaram que com um governo socialista algumas das mais graves linhas da política seguida pelo cavaquismo seriam invertidas ou pelo menos atenuadas.

Pura ilusão.

A política de privatizações de tudo o que é rentável faz inveja a uma Sr.ª Thatcher; "o nada de tachos para a rapaziada", é o que se tem visto, e a política de distribuição do Rendimento Nacional tem continuado a penalizar os rendimentos do trabalho. Temos os salários e as pensões mais baixas da União Europeia e os mais elevados níveis de pobreza. Os grandes senhores da finança e das grandes confederações patronais dizem abertamente que têm ganho mais dinheiro e que têm tido mais facilidades com este governo do que com os anteriores!

Para um governo socialista é obra.

Paralelamente, o nosso aparelho produtivo em geral vai-se debilitando e afundando e a nossa economia está cada vez mais dependente e subcontratada.

Chegámos praticamente ao fim do ano com uma agricultura e pescas com graves problemas e com importantes subsectores industriais cada vez mais dependentes e fragilizados.

O agravamento do défice comercial traduz com clareza as debilidades da nossa economia e a substituição crescente da produção portuguesa pela estrangeira. Mesmo no mercado interno temos vindo a perder quotas: na indústria agro-alimentar, na agricultura, nas pescas, no vestuário...

A liquidação da produção nacional pela produção estrangeira é uma realidade com graves consequências sociais.

Para esta situação muito tem também contribuído a não valorização e defesa da produção nacional - como se vê agora com a carne de porco e a crise da suinicultura - e as facilidades concedidas aos grandes hipermercados, nomeadamente os ligados ao capital estrangeiro que procuram no nosso país escoar a produção exterior e que esmagam a produção nacional.

Um outro traço da situação em consequência da política que tem vindo a ser seguida é o da cada vez maior dependência das transnacionais na estratégia de desenvolvimento para o país, e das suas opções tomadas nos seus centros de decisão.

Muitas destas empresas instalam-se aqui depois de receberem volumosos fundos estruturais e importantes benefícios fiscais, aproveitando uma mão-de-obra extremamente flexibilizada e que é a mais barata da União Europeia.

Nos contratos assumem compromissos, mas logo que as coisas se complicam, pegam na tenda, rasgam os compromissos, pagam as magras indemnizações, (quando pagam) aos trabalhadores, com o governo a fazer voz grossa nos discursos para português ver e a aceitar no fundo as diversas deslocalizações.

O que se passou com a Renault é um exemplo claro.

O governo não pode ficar de braços cruzados face aos despedimentos e às opções tomadas pelas transnacionais a seu belo prazer. Nem pode dizer que os contratos que fez com tal ou tal multinacio-

nal não são para divulgar. Os trabalhadores e o povo português têm o direito, por exemplo, a saber quais os compromissos assumidos pela Samsung Electronic.

Quem não deve não teme. Se o governo não teme então deve divulgar o que está acordado. Por isso mesmo, agendámos um debate de urgência na Assembleia da República.

O comportamento do governo neste caso será interpretado pelas multinacionais que operam no nosso país em relação ao futuro.

A venda da posição da Ford na Auto-Europa não pode deixar de inquietar os trabalhadores, a região e o país.

Também as notícias recentes de que a Siemens pensa alienar parte do capital de três das sete fábricas que detém em Portugal e os despedimentos na Samsung e na Nestlé são inquietantes. A Nestlé é useira e vezeira em comprar empresas rentáveis que lhe fazem sombra para depois as encerrar para ficar sozinha no mercado.

Um governo que defende os interesses nacionais não pode deixar de lançar um sério aviso à Nestlé e exigir desta empresa todas as compensações. Portugal não é uma república das bananas...

(...)

As generalizações desculpabilizadoras

Aqueles que pela sua intervenção e pela sua postura mais contribuem para a degradação da vida democrática são também aqueles que mais gritaria fazem contra a vida política, "os políticos", a "classe política", como se estivessem de fora e a ela não pertencessem dos pés à cabeça, tal como a definem.

Quem os ouve parece que nada têm a ver com a política-espectáculo e a politiqueria a que dão primazia na sua intervenção; que nada têm a ver com a demagogia, o jogo de sombras, a artificialidade dos factos políticos à margem dos reais problemas do povo e do país, a maior parte das vezes inventados para disfarçarem a sua concordância e convergência com o essencial da política governamental.

É a política do fazer o «mal e a caramunha».

É certo que há factos objectivos que favorecem e criam até o caldo de cultura favorável ao desenvolvimento dos ataques ao regime político, aos partidos, aos políticos...

É o caso das promessas não cumpridas, das voltas e reviravoltas dos que hoje dizem uma coisa para amanhã dizerem outra em função das conveniências; são as legítimas desconfianças e perplexidades com os acórdãos da justiça que abrem a porta à prescrição de importantes processos, é morosidade da justiça; são as acusações à JAE de corrupção e de favoritismo aos partidos que têm estado no poder...

Mas se tudo isto é verdade é também verdade que não se pode meter todos os partidos no mesmo saco, nem igualizar todos os comportamentos e intervenções. É preciso separar o trigo do joio e combater as generalizações e abstrações que no fundo são desculpabilizadoras dos verdadeiros responsáveis pela corrupção, pelo clima de desconfiança, de desinteresse e de desencanto pela vida política e pela intervenção cívica.

É aliás significativo que, no plano dos partidos, seja o PP (e o seu líder de dedo em riste) partido para quem a demagogia é uma constante, sempre pronto a dar o dito pelo não dito (veja-se Maastricht, euro, etc.) e que ainda recentemente deu corpo a uma vergonhosa campanha de mentiras e de falsidades, aquele que mais fala nos políticos e nas suas actuações, como se estivesse fora da vida política e não tivesse particulares responsabilidades na sua degradação...

Por uma política

É necessário denunciar e combater estes comportamentos e defender o regime democrático, combater a demagogia, o autoritarismo e a arrogância dos democratas de «pacotilha» que procuram minar as instituições e a vida democrática e no fundo afastar e desinteressar cada vez mais os cidadãos e as massas populares de uma intervenção cívica e política.

A gritaria e o espalhafato oposicionista

Não há dúvida que o PSD e o PP estão de acordo com as imposições do "Pacto de Estabilidade", com as privatizações; com os 300 milhões de contos de benefícios fiscais (em grande parte destinados ao capital financeiro e às actividades especulativas), com a chamada moderação salarial, isto é, com o que no Orçamento de Estado é mais estruturante e com o que mais determina uma distribuição do rendimento Nacional favorável à concentração da riqueza.

Por isso, tanto o PSD como o PP em nada de essencial contrariam a sua política, com a viabilização do Orçamento do governo do PS.

Foi por isso que a chamada "cláusula de garantia", proposta pelo PS, foi logo agarrada com as duas mãos pelo PSD, que num revelador «lapsus lingue» de um dos seus deputados lhe chamou "cláusula de salvação"...

E como nas questões mais essenciais não têm alternativa restalhes a demagogia e a gritaria oposicionista, o espalhafato, a gesticulação sobre o secundário para procurarem dar a ideia que são oposição que têm outras propostas alternativas, que as suas divergências são de fundo. Não são.

Por acaso já alguém viu o Portas ou o Marcelo a protestarem contra o Pacote Laboral ou a clamar pelo aumento do salário mínimo ou dos salários em geral, ou a apoiarem a redução do horário de trabalho sem perda de salários, ou a solidarizarem-se com esta ou aquela greve para a defesa de direitos, ou para melhorar as condições de trabalho e remuneração?

Recentemente no debate sobre o Orçamento de Estado um deputado do PSD afirmava que o seu Partido viabilizava o Orçamento porque tinha um grande grupo parlamentar, ao contrário do PCP, que com um grupo diminuto poderia votar contra, pois o número de deputados nada contava...

Nem sequer ocorreu ao gesticulante deputado do PSD que o PS só precisa de mais quatro deputados a votar pelo Orçamento para que este seja viabilizado. O problema é outro. Nas questões mais essenciais e estruturantes o PSD e o PP não têm grandes divergências com a política seguida.

O PCP, afirmando-se no concreto como oposição de esquerda, com uma postura construtiva e ofensiva, opondo-se com determinação a tudo o que entende ser negativo e apoiando e procurando potenciar tudo o que é positivo, também neste Orçamento, com verdade, tanto no âmbito das receitas (impostos ...) como no âmbito das despesas e do investimento, tudo tem feito para melhorar mesmo pontualmente, este importante instrumento no sentido da melhoria da distribuição do Rendimento Nacional, da defesa e valorização da produção nacional e da promoção do desenvolvimento com a sua dimensão social, ambiental e cultural. E se nos ficamos apenas por medidas pontuais e sectoriais é porque estamos perante um Orçamento submetido ao "Pacto de Estabilidade" e construído segundo os dogmas neoliberais.

(...)

Foi nesse sentido que este ano mais uma vez apresentámos um

Interveniente

de do Partido em praticamente todos os sectores e concelhos, houve a oportunidade de anunciar que - após prolongada auscultação e ponderação a vários níveis do Partido -, os quatro concelhos do Litoral Alentejano do distrito de Setúbal passarão a integrar a Organização Regional do Alentejo, medida a consumir-se a partir de Fevereiro de 1999.

Entre as conclusões, aprovadas por unanimidade e aclamação, destaca-se, entretanto, a que reafirma as possibilidades e capacidades do Partido para, apesar das suas dificuldades e insuficiências, intervir de forma organizada

nas batalhas que tem pela frente.

O Encontro fez o balanço ao trabalho desenvolvido, designadamente ao nível do recrutamento, e definiu orientações para a sua acção num futuro próximo. Entre os principais objectivos definidos, o Encontro destacou a necessidade de promover a formação política e ideológica dos quadros, divulgar a imprensa do Partido, reforçar o trabalho de recrutamento, participar nas campanhas eleitorais para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República e trabalhar activamente para a Campanha

Nacional de Fundos que em Janeiro será lançada.

Na sua intervenção, Jorge Pires, depois de enumerar as várias lutas em que ao longo do ano a organização participou, sublinhou dois aspectos que considera da maior importância e significado. O primeiro diz respeito ao «nível de descontentamento e à necessidade de o transformar em acções de protesto», que é «superior àquilo que tem sido concretizado», o segundo diz respeito à intervenção do Partido. «Onde o Partido e os seus militantes intervieram», «onde não se confundiu e fundiu a afirmação autónoma» do Partido com as opiniões e decisões tomadas no plano unitário ou institucional, não só elas foram coroadas de êxito, como o Partido saiu prestigiado», afirmou este dirigente comunista.

de esquerda

conjunto de alterações ao IRS, algumas das quais o PS se viu obrigado a viabilizar.

E o caso da Isenção do IRS para todos os rendimentos colectáveis até 300 contos que vai beneficiar milhares de famílias; como é o caso do aumento de 25% para 30% da taxa de conversão dos abatimentos em deduções à colecta para as despesas com a saúde, a educação e a habitação; ou ainda a eliminação dos limites às deduções com a saúde o que é mais que justo. Mas em relação a muitas outras propostas que tocavam directamente nos benefícios da alta finança, aí já o PS diz que não, o que torna claro para onde vai a parte de leão deste orçamento.

É o caso dos benefícios fiscais, em que a parte de leão vai para o grande capital e para a especulação financeira, subiram de 132,6 milhões de contos em 1995 para 292,9 milhões de contos no Orçamento de Estado para 1999. **Mais 120,9%!**

E nas operações na Bolsa o aumento dos benefícios fiscais é de 70,6%; nas isenções de impostos sobre lucros (IRC) é de 359,6% e nos benefícios em IRS sobre operações de privatizações o aumento é ainda mais escandaloso!

Paralelamente, a fuga ao fisco continua: os prejuízos declarados anualmente por sociedades triplicou em sete anos e atingiu um valor médio de mil milhões de contos...

Isto é, os únicos que continuam a pagar impostos são os trabalhadores por conta de outrem.

Com o objectivo de aliviar os orçamentos familiares e favorecer a competitividade das empresas há muito que o PCP tem também denunciado que os portugueses têm estado a pagar as mais caras tarifas de electricidade da União Europeia, em termos relativos de poder de compra.

Os portugueses têm estado a pagar um autêntico «imposto escondido» para engrossar os exorbitantes lucros da EDP e a sua privatização.

O que se tem passado é exemplar. Mais uma vez quer-se pôr os «mercados», essa entidade que tem um bilhete de identidade (a banca e os especuladores financeiros) mas não tem certidão de eleitor, a decidir pelo governo e pelo interesse das famílias portuguesas.

A baixa vai ser uma realidade. Creio que fizemos bem em travar esta batalha. Mas a descida ontem anunciada de apenas 4,7% para os consumos domésticos fica muito aquém do que era possível e desejável e veio mostrar que o Governo, mais uma vez, pôs os interesses ilegítimos da especulação bolsista à frente dos justos interesses dos consumidores. É uma vergonha.

Neste caso, também apareceram alguns especuladores e um banqueiro a protestarem histericamente, em nome dos accionistas.

Segundo estes senhores, a economia nacional e os orçamentos das famílias portuguesas deviam subordinar-se aos interesses dos accionistas da EDP. Não faltava mais nada.

Mas este é também um exemplo do confronto entre o interesse público e os interesses especulativos privados que resulta da privatização de uma empresa estratégica que produz um bem público e essencial.

Um novo rumo para a «construção europeia»

O fundamentalismo neoliberal tem continuado a marcar a orientação das políticas na União Europeia.

O domínio dos mercados financeiros, a manutenção do «Pacto de Estabilidade» imposto pela dupla Kohl/Tietmayer - um autêntico garrote sobre as necessidades das políticas nacionais - a diabo-

lização dos défices e a subordinação das políticas à convergência nacional das economias e à criação de um euro, isto é, de um marco forte são contrários à concretização do princípio da «coesão económica e social», ao combate ao desemprego e à convergência real (crescimento da economia, salários, pensões) das economias.

É necessário uma mudança de rumo.

Isto não significa que se deva subvalorizar uma gestão rigorosa das finanças públicas ou que não se deva ter em conta a taxa de inflação.

O que não se pode é absolutizar e fazer dos défices e da taxa de inflação o «alpha» e o «omega» de toda a política, subalternizando as actividades produtivas e o desenvolvimento.

Neste sentido, entendemos que é necessário, no mínimo, flexibilizar o «Pacto de Estabilidade» e transformá-lo num instrumento de crescimento e emprego.

Também não se pode deixar que o Banco Central Europeu, sem qualquer controlo, determine toda a política monetária; que tenha o direito de veto sempre que entenda que as alterações de políticas põem em causa a estabilidade dos preços...

No quadro da crise financeira e de combate ao desemprego, a taxação dos capitais financeiros e dos movimentos internacionais de capitais a curto prazo, a redução do tempo de trabalho, o relançamento do investimento e das obras públicas são da máxima urgência.

No plano nacional entendemos também que o governo não pode aceitar a renacionalização da PAC e que deve ter uma posição firme e ofensiva em relação à negociação da Agenda 2000.

A renacionalização da PAC, isto é, cada país passar a pagar uma parte das despesas com esta política, seria mais uma machadada na agricultura portuguesa.

A redução dos fundos estruturais quer através das dotações globais quer politicamente através dos regulamentos teriam também um efeito muito negativo na economia portuguesa.

Portugal com uma economia débil, com um elevado défice comercial, poderia ficar numa grave situação financeira, económica e de dependência.

Pela nossa parte tudo faremos para defender os interesses nacionais e para potenciar o poder negocial de Portugal.

E o mínimo que se exige é que o governo ponha os seus actos de acordo com as suas palavras.

Quando discursa no quadro europeu ou internacional o Primeiro-Ministro até parece que está noutra planeta e que nada tem a ver com o que se passa em Portugal e na União Europeia.

Quem o ouve até parece que sempre ergueu a voz contra a alta finança, que não tem levado à prática uma política assente nos dogmas neoliberais, que se opôs à libertação da circulação de capitais ou à Organização Mundial do Comércio, que teceu duras críticas aos critérios de Maastricht e que em Portugal tem melhorado a distribuição do Rendimento Nacional... Infelizmente são discursos no estilo Frei Tomás.

Agora, andam a verter lágrimas de crocodilo e a dizer aquilo que há anos vínhamos denunciando: que o excesso de mercado mata o mercado, que é preciso regular a globalização, que é necessário aplicar uma taxa (taxa Tobin) sobre as operações financeiras de curto prazo...

No entanto, quando se passa ao concreto logo aparecem as contradições.

O nosso grupo parlamentar no Parlamento Europeu apresentou uma resolução defendendo a taxa Tobin, resultado: o grupo parlamentar do PS votou contra. Palavras para quê? É a política rosa no seu melhor!

(...)

Tarifas eléctricas Governo cede à especulação bolsista

Face às posições, na passada sexta-feira, anunciadas pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico relativas às tarifas da electricidade para 1999, Francisco Lopes, membro da Comissão Política do PCP, fez a seguinte declaração:

1. O PCP considera reprovável que, com a óbvia cumplicidade do Governo, a Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, propondo a redução em 10% para a indústria, se limite a admitir uma redução de apenas 4,7% para o consumo doméstico, ou seja, para o sector de consumidores que representa a quase totalidade da população portuguesa.

2. É hoje reconhecido o facto de não só as tarifas da electricidade em Portugal serem das mais caras da Europa como, apesar da redução dos custos de produção, nos últimos anos o preço da electricidade para os consumidores domésticos, em vez de baixar, ter vindo a aumentar.

A EDP deu nos últimos quatro anos 283 milhões de contos de lucro e para 1998 prevê cerca de 120 milhões de contos, uma situação que traduz um escândalo inadmissível em que os orçamentos das famílias portuguesas estão a suportar a especulação bolsista e os lucros elevadíssimos dos grupos económicos e financeiros que, com a privatização da EDP, crescentemente controlam a empresa.

3. Na base desta situação, o PCP tomou a iniciativa de pro-

nos accionistas, mas sim da sua invocação para a defesa dos lucros colossais dos grupos económicos que controlam a empresa, como aliás ficou comprovado por os mais acérrimos opositores da redução das tarifas terem sido o Grupo Espírito Santo e o Grupo BPI, este último que curiosamente acabou de ser presenteado com um lugar na Administração da empresa tal como sucedeu com a empresa espanhola Iberdrola.

Porque o único compromisso legítimo que o Governo e a EDP podem ter, tratando-se de uma empresa de serviços públicos, é com os dez milhões de portugueses que são utentes deste serviço essencial, com a melhoria da qualidade de serviço e com preços acessíveis e nunca o compromisso de transformar a EDP numa empresa cujo objecto deixa de ser o serviço público de produção e distribuição de electricidade, para na prática passar a ser o de se tornar fonte de especulação bolsista e meio de acumulação coerciva de lucros dos grupos económicos à custa dos orçamentos das famílias.

«O único compromisso legítimo que o Governo e a EDP podem ter, tratando-se de uma empresa de serviços públicos, é com os dez milhões de portugueses que são utentes deste serviço essencial»

por a redução das tarifas da electricidade em 15% e essa reclamação foi aprovada na Assembleia da República. Está comprovado que, sem pôr em causa a estabilidade económica e financeira da EDP, sem afectar o autofinanciamento e sem comprometer a necessária melhoria dos serviços, é necessário e possível promover uma significativa redução dos preços da electricidade, principalmente para os consumidores domésticos.

O PCP considera importante que, finalmente, no seguimento da sua iniciativa, tenha pela primeira vez sido assumido a ideia de uma redução de tarifas para os consumidores domésticos, mas sublinha que a redução hoje anunciada é manifestamente insuficiente, se situa mesmo abaixo do valor que nas esferas governamentais se admitiam como prováveis (5,5%) e só pode ser explicada por uma escandalosa cedência do Governo perante as pressões oriundas da especulação bolsista.

4. A invocação de compromissos que teriam sido assumidos pelo Governo quando da última fase da privatização, como justificação para a não redução das tarifas mais do que 5,5% e a referência aos interesses dos pequenos accionistas não têm qualquer razoabilidade.

Porque não se trata dos peque-

5. Na discussão pública dos últimos tempos actuou-se como se o problema se reduzisse ao governo/EDP e aos accionistas, como se os utentes não existissem, não contassem e não tivessem voz. PCP considera que o comportamento do Governo em sintonia com os grupos que controlam a EDP e que está ligado ao propósito de prosseguir a privatização desta empresa, é inaceitável e reafirma que é necessário e é possível a redução em 15% das tarifas da electricidade.

6. PCP tomou a iniciativa de lançar uma acção nacional de reclamação, editou um folheto de esclarecimento, dirigiu uma carta a seis mil entidades e pôs em circulação um abaixo-assinado dirigido ao Primeiro-Ministro, iniciativa aberta à participação de todos os que convergem na exigência da redução real das tarifas da electricidade, e vai prosseguir essa acção. É significativo que, em apenas cinco dias de recolha de assinaturas, já mais de 20 000 pessoas tenham assinado.

O PCP entende que os consumidores da electricidade, em particular os consumidores domésticos, devem continuar a fazer ouvir a sua voz e que está nas suas mãos levar para diante um movimento de reclamação e de protesto que obrigue o governo a garantir a significativa redução das tarifas que se impõe.

Plenário no Porto

Realiza-se hoje, com início às 14.30 horas, no Sindicatos dos Ferroviários, um plenário de dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do distrito do Porto. Convocado pela União dos Sindicatos do Porto, este encontro inscreve na sua ordem de trabalhos a análise da situação social, bem como a evolução da luta contra o pacote laboral em que se têm envolvido os sindicatos e os trabalhadores do distrito. Uma atenção particular será ainda dada, de acordo com uma nota sindical, à preparação e integração dos trabalhadores no dia e jornada de luta que a CGTP-IN promoverá contra o pacote laboral, em data a marcar, por ocasião da sua discussão na Assembleia da República.

Coimbra

A mobilização para a iniciativa da CGTP-IN prevista para o momento em que for discutido na Assembleia da República o projecto de lei de trabalho a tempo parcial constitui a grande prioridade da União dos Sindicatos de Coimbra (USC). O anúncio foi feito na passada semana pelo respectivo coordenador, António Moreira, após a sua reeleição na primeira reunião da direcção. Outra tarefa a breve prazo será o levantamento do número de processos pedidos no distrito à Inspeção Geral do Trabalho (IGT). Segundo António Moreira, até ao próximo plenário, em Janeiro, será feito este levantamento e nessa ocasião deverá ser manifestada a insatisfação da USC perante a actuação da IGT.

"Muitos dos processos pedidos carecem de resposta, outros são atendidos com atrasos de mais de um ano", criticou o coordenador da União de Sindicatos de Coimbra, estrutura filiada na CGTP-IN.

Cabos Ávila

Estava previsto para ontem um plenário dos trabalhadores da Cabos Ávila ao qual se seguiria uma conferência de imprensa das suas estruturas representativas onde seria tomada uma posição e anunciadas medidas quanto à publicação de um edital informando o pedido de falência da empresa por um dos credores.

Agendado estava igualmente, segundo um comunicado do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, um almoço destinado a assinalar a passagem de um ano de luta em defesa dos postos de trabalho, após o abandono da

Por uma nova política salarial Função Pública inicia hoje acções de luta

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública inicia hoje uma série de acções em protesto pela política salarial do Governo. Os dirigentes e activistas da Frente Comum deslocam-se à Assembleia da República onde assistirão à fase final da discussão do Orçamento do Estado, estando igualmente prevista a entrega aos grupos parlamentares de um documento em que alertam para o facto de o Governo não ter cumprido o que a Assembleia da República aprovou relativamente às carreiras da administração pública.

Esta jornada prolonga-se amanhã, dia 11, com a realização de plenários em todas as capitais de distrito durante os quais serão aprovadas moções para ser entregues nos respectivos governos civis. Será ainda distribuído um comunicado à população a explicar o que se passa na função pública.

No dia 18, a Frente Comum vai comemorar antecipadamente o Natal na Praça do Comércio com uma alegoria em que o "coelho do Natal" vai distribuir aos funcionários públicos "presentes envenenados".

Paulo Trindade, dirigente da Frente Comum, que divulgou as iniciativas em conferência

de imprensa, salientou que, a par destas iniciativas, poderão ser marcadas greves sectoriais pelos respectivos sindicatos.

Para já, estão marcadas greves para hoje e amanhã para os trabalhadores da saúde, paralisando amanhã as ajudantes das creches e jardins infantis.

A Frente Comum considera inaceitáveis os aumentos salariais de 2,4 por cento propostos pelo Governo e reafirma a sua reivindicação de um aumento mínimo de cinco contos por trabalhador e a equiparação do salário mínimo da função pública ao salário mínimo nacional, cuja diferença é actualmente de 6,5 por cento.

"A nossa proposta, mais do que valores, tem objectivos e princípios", disse Paulo Trindade aos jornalistas, justifican-

do as reivindicações desta estrutura sindical filiada na CGTP.

"Já mostrámos ao Governo que temos flexibilidade para chegar a acordo desde que ele reconheça os nossos objectivos e estabeleça prazos para os atingir", afirmou o sindicalista, acrescentando que estão dispostos a aceitar um aumento salarial igual ao que foi aplicado ao salário mínimo nacional.

Para isso, observou, teria de ficar estabelecida a forma como será eliminada a diferença actualmente existente entre o salário mínimo da função pública (índice cem) e o salário mínimo nacional, desde que nenhum trabalhador tivesse um aumento inferior a cinco contos.

Pacote laboral Cresce vaga de repúdio com novas lutas em agenda

O esforço de esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores contra o pacote laboral, designadamente contra o projecto de lei sobre o trabalho parcial, constitui uma linha de trabalho prioritária das organizações sindicais que vai ser intensificada, de acordo com as decisões adoptadas no plenário de Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT's) do distrito de Lisboa.

Realizado faz hoje oito dias, com a presença de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, o plenário decidiu iniciar desde já a preparação de uma grande jornada de luta com greves e manifestações junto à Assembleia da República na semana em que o diploma subir a plenário.

Na resolução aprovada por unanimidade pelos dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores presentes é manifestado o «repúdio» pela atitude patronal de não consideração das pausas como período normal de trabalho previstas na Lei, atitude que do seu ponto de vista está inserida numa «continuada ofensiva» do capital contra os trabalhadores visando a obtenção de mão-de-obra barata e sem direitos.

Não menos grave que a insistência do patronato em não cumprir a Lei 73/98, recentemente publicada sobre o conceito de período normal de trabalho, é a «cobertura do Governo aos intentos patronais», salienta o texto da resolução, no qual se exortam todos os trabalhadores a «intensificarem as lutas pela redução generalizada dos horários de trabalho, empresa a empresa, sector a sector».

Esta tem sido, aliás, a postura que tem vindo a ser assumida por um grande número de trabalhadores dos sectores público e privado e da administração central e local, facto que motivou uma saudação do plenário e uma referência particular na resolução, onde se destaca a «tenacidade da sua luta» e o «empenho» evidenciados na redução do horário e na recusa do pacote laboral.

Depois de recordar que o conjunto de leis que o Governo pretende incrementar tem merecido uma «firme e determinada opo-

sição», a resolução reclama do Parlamento o «respeito pela vontade expressa dos trabalhadores», fazendo notar que esta mesma vontade foi já materializada em cerca de 1500 pareceres pronunciando-se negativamente quanto aos propósitos governamentais.

Retribuição do trabalho nocturno

A União dos Sindicatos do Porto expressou igualmente a sua «discordância e oposição» pelo conteúdo do diploma que revê o conceito de trabalho nocturno, actualmente em fase de discussão pública, por entender que ele de um modo claro «retira e diminui direitos dos trabalhadores».

Em comunicado aos órgãos de comunicação social, aquele União sindical filiada na CGTP-IN assinala que o projecto governamental aponta para uma «evolução tendente à redução até sete horas do período considerado nocturno», o que terá como consequência, relativamente ao conceito actual, «uma menor retribuição devida por trabalho nocturno, seja no trabalho normal, extraordinário ou por turnos».

Recorde-se que de acordo com a lei vigente é considerado trabalho noc-

turno todo aquele que é prestado entre as vinte horas de um dia e as sete do dia seguinte, a que corresponde uma retribuição superior em 25 por cento à retribuição a que dá direito o trabalho prestado durante o dia.

Assim, seja por trabalho normal ou suplementar, qualquer hora prestada entre as vinte e as sete horas do dia seguinte terá um acréscimo remuneratório de 25 por cento, valor que fica em causa com a nova proposta do Governo, na medida em que prevê, sob a forma de «advertência», um período de dois anos para que os «parceiros» se entendam com vista à redução do conceito de trabalho nocturno, sob pena, se tal não ocorrer, de vir a ser adoptada a «habitual via imperativa governamental».

empresa por parte da administração. Recorde-se que ao longo deste período os trabalhadores têm mantido a segurança das instalações, evitando que o património da empresa, penhorado pelo Estado, tenha sido alvo de degradações e desvios.

Professores de português

Os professores do ensino de português no estrangeiro iniciam hoje um período de dois dias de greve em protesto pela baixa generalizada das suas remunerações anuais, em resultado de um projecto de protocolo apresentado pelo Ministério da Educação, que merece a sua rejeição.

Em comunicado conjunto subscrito pelos dois sindicatos representativos (Professores nas Comunidades Lusíadas e Professores no Estrangeiro), sublinhado é o facto de o Ministério não ter feito evoluir a sua proposta verbal de «suplementos de residência» apresentada nas primeiras reuniões negociais há cerca de quatro meses para valores em que, pelo menos, «não haja perdas de remunerações». Apelando à «união de todos os professores», contra o que consideram ser «os abusos de poder, o desrespeito por compromissos anteriormente assumidos e a falta de seriedade nas propostas apresentadas», os sindicatos marcaram já novas greves para os dias 19 e 20, admitindo desde já reconduzi-las posteriormente se tal for necessário.

Tribuna Pública em Braga

A União dos Sindicatos de Braga promove amanhã, entre as 10 e as 17 horas, na Avenida Central, uma Tribuna Pública sobre a Violação dos Direitos, no decorrer da qual estarão particularmente em foco a legislação laboral, a segurança social, os salários em atraso e o encerramento e falência de empresas, o trabalho clandestino e infantil, os despedimentos, a aplicação da lei das 40 horas e as injustiças fiscais. Pela manhã, segundo uma nota do departamento de informação daquela União sindical, será colocada uma árvore de Natal com «as prendas negativas oferecidas pelo Governo e pelos patrões», estando previsto para a tarde, mais exactamente às 16.30 horas, uma deslocação ao Governo Civil onde serão oferecidas as prendas que os sindicatos gostariam de ver oferecidas aos trabalhadores: «emprego com direitos, futuro com qualidade; mais e melhor segurança social; justiça social».



Sindicalistas acusam o Governo de dar cobertura à ofensiva patronal contra os trabalhadores

Venezuela

Candidato de esquerda vence presidenciais

Apoiado pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista, Hugo Chávez venceu as eleições presidenciais venezuelanas de domingo com uma vantagem de 16 por cento de votos sobre o seu principal rival, o conservador Henrique Salas.

Com 76 por cento dos votos escrutinados, Hugo Chávez Frías tinha 56 por cento, Henrique Salas 39 por cento e a ex-Miss Universo Irene Sáez 3 por cento. Os 300 observadores internacionais já afirmaram que as eleições decorreram com normalidade.

Estes resultados reflectem o descontentamento generalizado da população em relação ao bipartidarismo, à corrupção e à crise económica em que a Venezuela vive há alguns anos.

Hugo Chávez, um dos comandantes do fracassado golpe de 4 de Fevereiro de 1992 contra o então presidente Carlos Andrés Pérez (mais tarde destituído por corrupção), prometeu lutar contra as cúpulas «corruptas, podres e nauseabundas» dos dois partidos que se revezam no poder

há 40 anos, submeter a referendo a convocatória de uma Assembleia Constituinte, eliminar o Congresso, reformar a Constituição, reordenar o território político-administrativo e demitir o chefe do Estado Maior.

«Não existe um militar gorila em mim. Não se pode dizer que todo o militar é um gorila, um ditador ou um tirano em potência», afirmou Chávez numa entrevista em que anunciou um programa económico de perfil «humanista», o reforço da segurança jurídica no campo da economia e a manutenção da exploração do petróleo nas mãos do Estado, embora com uma reformulação na empresa que a administra.

A sua candidatura provocou algum medo no meio político, ao ponto de Henrique Salas

falar em grupos armados e em intervenções militares caso perdesse. «São medos gerados pelos laboratórios de guerra suja psicológica. Com muito dinheiro, com muita experiência, que repetem mentiras uma e outra vez, até que as pessoas acreditem que é verdade. Foram rumores montados sobre meias verdades. Não posso negar a minha origem política, que é o 4 de Fevereiro. Não posso negar que fui a Cuba uma vez e que Fidel Castro me recebeu no aeroporto, abraçámo-nos e conversámos várias horas. Mas daí a dizer que vou instalar na Venezuela um regime comunista, isso está muito longe da verdade», declarou o presidente eleito.

No plano económico, Hugo Chávez apelou aos investidores privados nacionais e internacionais afirmando que a Venezuela vai ter «um Governo sério, de gente honesta que vai restabelecer a segurança jurídica porque necessitamos impulsionar a economia».

Derrota dos conservadores

Henrique Salas tornou-se na grande aposta da AD (social-democrata) e da Copei (democrata-cristã), os dois partidos que repartem o poder desde 1958, data da queda do regime do general Marcos Pérez Jiménez. Inicialmente, estas formações tinham os seus próprios candidatos - Luis Alfaro Uceró e a ex-Miss Universo Irene Sáez respectivamente -, mas acabaram por lhes retirar todo o apoio e apelar à concentração dos votos em Salas, economista e antigo governador do Estado de Carabobo.

Hugo Chávez venceu nos 24 Estados venezuelanos, um resultado que expressa claramente a recusa dos eleitores às suas más condições de vida e à situação política e económica em que o país vive. Terá também influenciado a denúncia da delapidação pela AD e pela Copei de 42.500 milhões de contos do sector petrolífero nos últimos 25 anos.

Termina campanha de solidariedade com Sahara

A campanha de solidariedade com o Sahara Ocidental terminou em Novembro, dez meses depois do Conselho Português para a Paz e Cooperação a ter iniciado. Uma tonelada de material foi recolhida - entre brinquedos, alimentos, medicamentos, roupa, livros e cadernos escolares -, ao mesmo tempo que decorriam sessões de informação sobre a história e a actual situação no país. Dentro de pouco tempo parte para o Sahara uma delegação composta por 26 representantes das organizações que aderiram à iniciativa.

Segundo os organizadores, ficou-se «muito aquém de um debate generalizado» e houve «pouca repercussão na comunicação social». Por outro lado, a campanha sofreu com o facto de a opinião pública portuguesa conhecer mal a questão saharauí e com as dificuldades que as ONGs têm de enfrentar para «encontrar um espaço para a solidariedade e a luta pela paz

junto das instituições e da população no geral». «A inexistência de uma política de financiamento das ONGs coloca-nos sérios problemas ao desenvolvimento de acções deste tipo. A isto acresce, por um lado, a indefinição da legitimidade da participação por exemplo das autarquias neste campo, e, por outro, a falta de orientação política bem como de uma linha de trabalho nesta área por parte de associações, sindicatos, organizações de juventude, partidos, etc.», afirmam os organizadores.

Esta iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação, contou com a adesão, entre outros, da Associação de Amizade com o Povo Saharauí, JCP, CGTP-IN, Inter-Jovem, Ecologjovem, MDM, AMI, Geota, Sindicato dos Bancários, Associação para o Desenvolvimento da Intervenção Comunitária, bem como das câmaras municipais de Lisboa, Almada, Seixal, Palmela e Loures.

PCP no congresso dos comunistas espanhóis

O XV Congresso do Partido Comunista de Espanha decorreu em Madrid nos dias 5, 6 e 7 e contou com a participação de Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP, que representou os comunistas portugueses na iniciativa.

«Os trabalhadores e os povos dos nossos dois países vivem realidades diferenciadas e defrontam problemas específicos que têm de ser necessariamente considerados no âmbito dos respectivos países. Simultaneamente, para além

de factores de ordem histórica, geográfica e cultural que os aproximam, defrontam problemas e desafios comuns, que tornam necessária a sua estreita cooperação», defende o Comité Central na saudação ao congresso.

«Por isso, atribuímos a maior importância ao fortalecimento das relações de amizade, cooperação e solidariedade internacionalista entre os nossos dois partidos. Por isso, estamos empenhados em iniciativas comuns ou convergentes na frente da luta pelo desar-

mamento, não apenas contra o fortalecimento e alargamento da Nato, mas pela sua dissolução e contra as bases estrangeiras na Península Ibérica. Por isso, cooperamos activamente, entre nós e com outros partidos de esquerda anticapitalista da Europa, no combate à actual União Europeia de Maastricht e Amesterdão e por um novo rumo de construção europeia», lê-se na nota.

«Nunca como hoje assumiu tanta importância a solidariedade internacionalista dos comunistas, dos progressistas,

PCP saúda congresso do MPLA

O Comité Central do PCP enviou uma saudação ao 4.º Congresso do MPLA, que se iniciou na sexta-feira e que termina hoje, manifestando a sua solidariedade «à vossa luta, em defesa da soberania e integridade territorial, pela reconstrução económica, pela consolidação da democracia e pelo progresso social».

«Seguimos com o maior interesse e espírito solidário a situação política que se vive em Angola, designadamente o clima de guerra provocado pelo facto de a Unita de Jonas Savimbi não aceitar os resultados eleitorais e violar os acordos assinados em Lusaca, para tanto contando com cumplicidades e apoios internacionais», refere o CC, acrescentando que, apesar das dificuldades, «o MPLA, apoiado no povo angolano, tem energias e forças capazes de vencer esta batalha, tal como no passado venceu outras batalhas não menos difíceis».

«Apesar da desfavorável correlação de forças no plano internacional, é possível às forças do progresso social e aos povos defender conquistas e manter posições que permitam passar à ofensiva contra imposições das transnacionais e das grandes potências, contra a chamada «nova ordem». Nesse sentido, defendemos o reforço da cooperação de todas as forças democráticas e progressistas e consideramos particularmente importante o fortalecimento da solidariedade para com os povos que lutam pela sua libertação nacional, como é o caso do povo de Timor-Leste», afirmam os comunistas portugueses.

desenvolvem por todo o mundo. Isso é particularmente necessário para apoiar os povos que, como os do Sahara Ocidental, da Palestina ou de Timor-Leste, lutam pela sua libertação nacional e que, como o heróico povo de Cuba, são objecto de criminosos bloqueios. Uma solidariedade que teve forte demonstração na grande jornada de apoio a Cuba socialista por altura da Cimeira Ibero-Americana do Porto, que contou com a vossa participação combativa», recorda.

«Isso é necessário para forjar reais alternativas de democracia e progresso social que respondam às aspirações e às crescentes acções de resistência e de luta populares que, embora de modo desigual, se

Presos palestinos em greve da fome

Cerca de 2400 palestinos detidos em prisões israelitas iniciaram uma greve da fome ilimitada no domingo, reivindicando a sua libertação. Nos acordos de Wye Plantations, Israel comprometeu-se a libertar 750 detidos, mas pretende apenas soltar presos de delito comum. «É aberrante pensar que um acordo de libertação de prisioneiros diga respeito a assaltantes de carros», afirmou um deputado palestino, Ziad Ziad. Durante o fim-de-semana, as manifestações populares sucederam-se na Cisjordânia, registando-se confrontos entre os populares palestinos e os militares israelitas e provocando 30 feridos.

Atentado na Argélia

Um atentado à bomba no mercado da cidade de Jemis Miliana provocou 15 mortos e 23 feridos, na passada quinta-feira, duas semanas antes do início do Ramadão.

As autoridades temem que uma nova onda de violência cresça no país durante o mês sagrado islâmico, à semelhança do que aconteceu no ano passado. O Grupo Islâmico Armado (GIA) já afirmou que o Ramadão é propício para «a luta contra os infieis e os renegados». Em 1997, 1200 pessoas foram assassinadas durante o período de jejum muçulmano.

EUA libertam temporariamente imigrantes

Os Estados Unidos vão libertar temporariamente imigrantes da América Central que estavam detidos nas suas prisões à espera de deportação. O Departamento de Imigração e Naturalização afirma que esta medida destina-se a permitir que estas pessoas ajudem à reconstrução dos seus países depois da passagem do furacão Mitch, enviando parte dos salários que receberem. Contudo, só o poderão fazer até ao dia 7 de Janeiro e não foi entregue nenhuma autorização de trabalho. As associações de imigrantes interrogam-se sobre o que acontecerá depois desta data e sobre os verdadeiros interesses dos Estados Unidos. Algumas defendem que se pode tratar de uma forma de autodeportação para quem se arrisque a ir ao seu país, outros levantam a hipótese dos EUA pretenderem poupar dinheiro nas estadias dos imigrantes nas prisões e fomentar o envio de dinheiro pelos imigrantes.

Texto
Domingos
Mealha
Fotos
Jorge Caria



Os resultados do trabalho dão confiança no futuro

Entrevista com Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN

CGTP e do movimento sindical e que, na maior parte dos casos e como é natural, foi feito com trabalhadores jovens. Isso passou-se na hotelaria, no sector mineiro (que esteve quase desactivado), no sector dos serviços, no Sindicato dos Enfermeiros, entre outros.

Isso teve reflexos na Conferência?

A média etária dos 612 delegados à Conferência é de 44 anos, próxima da média dos trabalhadores por conta de outrem. Isto verificou-se mesmo tendo em conta o apelo para que participassem nesta Conferência os quadros sindicais mais responsáveis e mais antigos.

E que efeitos vai ter a Conferência daqui em diante, até ao próximo congresso da CGTP-IN?

Para a frente ficou-nos reflexo suficiente para caminhar e objectivos traçados. A Conferência dá-nos pequenos passos consolidados, que mostram coerência na nossa acção, criam credibilidade e favorecem a definição de objectivos. Na Conferência foi assumido com muita força que este trabalho de intensificação da acção na base tem que prosseguir com determinação no próximo ano.

Julgo que o conjunto das organizações sindicais vai assumir metas concretas para crescimento da sua organização de base. A Conferência mostra que somos um excelente colectivo, do ponto de vista da dimensão e também da qualidade. Temos 5 mil dirigentes e 15 mil delegados sindicais. Mas ficou o compromisso, assumido explicitamente por quadros bem destacados da nossa estrutura, de aumento deste número de delegados.

Já somos um grande colectivo, mas não tenho dúvida de que vamos chegar ao congresso com um maior número de delegados sindicais e com uma dinâmica de base mais forte.

Foi assumido nesta Conferência, através da reflexão sobre os números coligidos, que há um crescimento contínuo do emprego, há mais trabalhadores assalariados e há um maior peso das mulheres. Tem sido feito um trabalho excepcional dirigido à análise dos problemas das trabalhadoras, envolvendo até agora, no projecto NOW-Luna, 150 dirigentes e activistas, essencialmente mulheres, de um conjunto de empresas com 33 mil trabalhadores, dos quais 17 500 são mulheres.

Talvez estejamos mais atrasados em relação aos jovens, mas na Conferência foram abertas perspectivas novas de intervenção e reivindicação, face à realidade actual de maior ocupação da juventude na formação escolar e profissional. Tal como já está a acontecer nalguns sectores, isso vai trazer mais jovens ao movimento sindical.

E em relação aos serviços, onde o emprego cresceu muito mais que nos outros sectores?

Também foi feita uma reflexão, até com bastante empenho no terreno. Foram dados exemplos de duas ou três grandes intervenções feitas no último ano, dirigidas aos trabalhadores das grandes superfícies comerciais, das novas áreas... Mas quando falamos de serviços, não podemos limitar-nos ao comércio e escritórios, temos que falar também da hotelaria - onde houve uma forte movimentação durante este ano -, de serviços directos na área da utilização de novas tecnologias, dos serviços mais diversos que são prestados à população.

A Conferência tratou com grande facilidade de temas delicados, como a representatividade e as hipotéticas contribuições do Estado para o movimento sindical. Fizemos uma reflexão sobre a correlação de forças em presença no movimento sindical que, curiosamente, ainda não mereceu reparos, o que é um dado significativo.

Foi assumido que o caminho é o rejuvenescimento e foi dito que não basta a uma parte significativa dos quadros assumirem que ele é necessário - é preciso confirmar com atitudes esse empenho no rejuvenescimento. E foi dito à Conferência que a Comissão Executiva, neste

mandato, foi construindo um compromisso que hoje está perfeitamente interiorizado em todos os seus quadros: as mudanças têm que se fazer em ambiente dinâmico, de crescimento, de aumento do empenho de cada um dos elementos que compõem o colectivo.

Os objectivos apontados correspondem ou não às grandes dificuldades com que os sindicatos e os trabalhadores se deparam?

Há sempre que equilibrar entre o desejável e o possível. Mas o futuro impõe ter objectivos. Se forem ambiciosos, mas assumidos com empenho, têm alguma possibilidade de concretização. Não abandonamos a utopia, em nenhum dos seus aspectos, desde logo nos princípios: continuamos a lutar por uma sociedade onde não haja exploração do homem pelo homem.

Os sindicatos actuam num cenário de dificuldades que atravessam a sociedade toda. A fragilidade ideológica é muito grande, a nível de base, depois das turbulências dos últimos anos e do desaparecimento de referenciais que se poderiam assumir com alguma força, o que torna as pessoas vulneráveis e abre espaço a populismos, à substituição da reivindicação lógica e fundamentada por reivindicações imediatistas, sem conteúdo ético, moral ou ideológico, mas que penetram.

Definimos na Conferência quatro grandes áreas de objectivos, que acho que se situam bem entre o desejável e o possível.

Primeiro: a sociedade do futuro vai continuar a ser estruturada pelo trabalho. Assim sendo, há que dignificar o trabalho. Quando formulamos reivindicações, quer as mais directas quer as indirectas (na área da saúde, da segurança social, do ensino, na área fiscal, extremamente importante), temos que ter sempre referências ao trabalho assalariado. Em nenhuma destas áreas o cidadão trabalhador deve ser penalizado: os seus direitos no trabalho não devem ser inferiores aos que tem quando está fora do trabalho.

Estamos numa sociedade que gera exclusões, mas a exclusão não é obra do acaso. Numa sociedade que tem por referência central o trabalho, a exclusão tem a dimensão mais central da sua origem exactamente no afastamento do direito ao trabalho. Mas há hoje uma outra camada, lá em cima, que tem o direito de se auto-excluir, que está isenta de ser solidária: a camada dos ricos e poderosos, que não pagam impostos ou pagam uma ninharia em função da riqueza que acumulam.

Um segundo grande objectivo confirmado na Conferência é interiorizarmos nos trabalhadores portugueses, até à medula, a consciência de que têm o direito de viver melhor e o dever de exigir viver melhor. Precisamos romper com pensamentos negativistas alimentados por cinco décadas de fascismo. Temos que forçar o crescimento dos salários, é uma vergonha o nível salarial em Portugal.

O terceiro grande objectivo é levar à percepção, na sociedade, de qual deve ser a nossa postura face às questões do Estado, das privatizações e dos serviços públicos. O Governo e as forças de direita estão a desarticlar o Estado, a pôr as alavancas essenciais do Estado a serem geridas de forma privada, numa dimensão que em qualquer outro país da Europa é muito mais posta em causa que em Portugal.

O processo de privatizações é vergonhoso, mas não há disso uma percepção suficiente. O mesmo problema se coloca em relação aos serviços públicos, como direitos de cidadania que não podem ser submetidos à lógica do lucro privado.

O quarto objectivo, que emana destes três, é uma maior participação dos sindicatos no confronto ideológico, nas questões relativas ao seu espaço específico, combatendo o individualismo e o egoísmo e criando dinâmicas solidárias.

Estivemos doze anos sem fazer uma discussão assim, sobre as grandes questões de organização. Os objectivos estão colocados e o Congresso surge num bom momento para lhes dar continuidade e até reforço.

De 1995 às próximas eleições

«Avante!»: Poderá repetir-se, com a proposta de lei sobre generalização do trabalho a tempo parcial, a situação verificada com a Lei 21/96?

Manuel Carvalho da Silva: Em Setembro - depois de termos conseguido uma extraordinária vitória que foi levar o Governo a recuar e aceitar que toda a legislação laboral teria que passar pela AR - fizemos de imediato reuniões, designadamente com a direcção do PS e com o Governo, alertando para a necessidade de não repetir os erros clamorosos cometidos com a chamada Lei das 40 horas. Até agora, essa precaução não foi confirmada, antes pelo contrário, estão a cometer-se alguns erros idênticos. Um deles é o erro de continuar a interpretação da Lei 21/96, que foi tratado com muita frontalidade na Conferência.

Referes-te à acusação de haver um compromisso entre Guterres e o patronato mais retrógrado?

Ainda antes das eleições de 1995, o actual primeiro-ministro comprometeu-se politicamente com certas organizações patronais ou com certos empresários, dos sectores mais conservadores, sobre as questões da legislação. Mas esse compromisso não se pode sobrepor às leis do País. A palavra de um chefe tribal faz lei, mas num Estado moderno não pode ser assim.

A aliança imane de desse compromisso foi um impicilho monumental em relação à aplicação correcta da redução do horário de trabalho e constituiu o cerne de toda a desarticulação que este pacote laboral pretende introduzir. O primeiro-ministro é o primeiro responsável deste processo todo.

Em reuniões conosco antes das eleições, estiveram de acordo que não deveria haver uma produção de legislação laboral avulso antes de uma sistematização de toda a legislação, a partir da qual se poderia chegar a algum consenso sobre o que seriam áreas a complementar. O primeiro-ministro não o fez até hoje porque tem consciência de que, a partir do momento em que o fizer, desapareceriam muitos dos argumentos patronais que deram suporte a esse compromisso, desaparece a argumentação do patronato conservador.

De que valem os 1500 pareceres de organizações de trabalhadores enviados à AR contra a proposta de lei sobre trabalho a tempo parcial?

Têm que ser respeitados, não pode haver outra posição. O sistema corporativo de «parceiros de um negócio» não pode substituir-se a este pronunciamento. Não podem passar sobre isto como se nada existisse. Os deputados é que têm o direito de legislar, não se trata de produzir legislação por consulta aos trabalhadores. Mas, perante a opinião expressa pelos trabalhadores, esta lei não tem cabimento, é um choque brutal e um acto contra os trabalhadores. Se quiserem ter em conta a mensagem expressa nos pareceres, os deputados e o Governo sabem como encontrar caminhos para resolver o problema.

Estamos de acordo que se definam linhas mestras para o trabalho a tempo parcial, desde que o espaço de regulamentação do ponto de vista objectivo seja colocado na contratação colectiva. Isto dá um espaço de manobra grande para a AR e o Governo encontrarem caminhos viáveis.

As mudanças no mundo do trabalho, detectadas na Conferência, não justificariam modificações na legislação laboral?

O que tem que se fazer é corrigir as degenerações, e não dar por adquirido que as degenerações provocadas pelo sistema sejam transformadas em novas regras. A crescente diferenciação de situações deve corresponder mais regulação, que não quer dizer aumento da burocracia, mas apenas articulação das situações diferenciadas. Se se transforma as degenerações em regras, fica tudo errado.

Não há um desfazimento entre a realidade e as leis. Há insuficiente aplicação das leis. Várias vezes vemos Ferraz da Costa e Nogueira Simões virem dizer que esta ou aquela lei está desactualizada, são «leis do tempo do PREC». Às vezes estão a falar de leis de 1969, de 1970, do período marcelista, e outras vezes falam de leis dos anos 80!

Queremos tratar a realidade no sítio certo. Não aceitamos que se tratem as degenerações como esquemas gerais que passem a ser admitidos na sociedade. Há muito trabalho que é apresentado como trabalho a tempo parcial, mas que é, pura e simplesmente, trabalho precário e explorado até à medula. O que existe de enquadramento legal basicamente é suficiente, o problema situa-se exactamente na não aplicação das leis.

No presente pacote laboral há diplomas que só têm como único fundamento aumentar o lucro aos patrões. Como se justifica a redução do período em que o trabalho é remunerado como nocturno? Como se pode interpretar a proposta sobre *lay-off*, cujo objectivo é retirar encargos da entidade patronal para o Estado?

Se a proposta do trabalho parcial for avante...?

Esse «se» nem se põe. Esta proposta não pode passar, e isso vai depender muito da forma como respondermos a cada momento. Até agora, respondemos bem. O tal compromisso do eng. Guter-



res não é de agora, já tem 3 anos. Nós desmontámos a credibilidade do Acordo Estratégico, que era a peça central que o patronato tinha para fazer a aplicação deste esquema. Conseguimos extraordinários aliados na nossa reflexão. Conseguimos na aplicação da Lei 21/96 introduzir na sociedade a confirmação de que a interpretação jurídica correcta é a nossa e não a que o Governo faz em nome desse compromisso político. Conseguimos que o Governo recuasse e toda a legislação laboral vá à AR, o que é uma vitória extraordinária. Este projecto do trabalho a tempo parcial já só pode ser agendado no próximo ano. Os novos dirigentes e delegados estão já a preparar a mobilização e a luta dos trabalhadores para lhe responder.

Vai ser um ano de eleições. Como encara a CGTP este facto?

Intervindo com coerência. As críticas ao Governo na área social têm que ter uma dimensão muito significativa, por tudo o que respeita à legislação, mas não só. Não há avanços na área fiscal, não foi iniciada uma reforma que traga mais justiça e que leve à diminuição dos impostos sobre o trabalho e a taxamentos sobre a riqueza e os rendimentos. Temos razões de crítica forte em relação à Segurança Social, à Saúde. Vamos falar destes problemas, sem complexos.

Como temos dito, não encontrámos a CGTP a gritar «Cavaco, volta, estás perdoado». Mas vamos dizer claramente que há, em muitas áreas, uma assunção estratégica das políticas que significam uma confusão entre interesses nacionais e interesses do grande capital. É preciso desviar deste caminho e não temos complexo nenhum em fazer alianças tácticas com todos aqueles que apoiarem a defesa dos interesses dos trabalhadores. Entretanto, a CGTP afirma sem equívocos que tem da sociedade uma percepção de que há direita e esquerda e não nos é indiferente a origem do poder: à esquerda, e quanto mais melhor.

A reestruturação vai acelerar

Um dos temas centrais da Conferência foi a reestruturação da organização sindical. As decisões confirmam a sua importância?

Não estamos com nenhum processo esquemático do ponto de vista organizativo, e esta é uma vantagem da Conferência. Nos últimos dois anos fomos delineando um quadro indicador e a Conferência confirmou esse caminho. Simultaneamente, chamou a atenção para coisas que já ontem era tarde para se fazerem. Mas temos uma predisposição para dar respostas mais aceleradas.

Estou perfeitamente convencido de que as coisas vão evoluir. Dentro de dois ou três anos, a estrutura vertical do movimento sindical sofrerá uma alteração significativa. Vamos ter

necessidade de reorganização da área dos serviços, de reorganização rápida da área dos transportes... Precisamos de uma coordenação melhor e eficaz na área da Administração Pública. Confirmou-se que a estrutura regional não pode desaparecer e vai ter um papel significativo, como já se nota hoje em espaços e momentos concretos.

É possível que tenhamos sete ou oito grandes federações, mantendo uma estrutura muito descentralizada, que consolida os mecanismos para o movimento sindical de massas que desejamos, com um aumento da participação dos trabalhadores nas decisões. A declaração de greve, que decidimos preparar desde já para dar resposta ao pacote laboral, terá a suportá-la a decisão directa de milhares de trabalhadores.



E não se podia privatizá-los?!...

Depois de se ter ultrapassado o que foi apresentado e justificado como sendo as necessárias desnacionalizações para repor a legalidade... capitalista; depois do ataque a todos os serviços públicos (e desmantelamento de alguns) em nome do indispensável fim dos monopólios do Estado para que a milagreira concorrência pudesse dar frutos, sendo um deles os monopólios privados; depois de se ter transformado o que deveria ser a subordinação dos seguros privados à política de segurança social no caminho para fazer da segurança social um ramo dos seguros privados; depois de até se estar em vias de privatizar o Banco de Portugal ou, o que dá no mesmo, de o colocar como apêndice do Banco Central Europeu, quando pareceria que nada mais haveria para privatizar... por que não privatizar o resto, os deputados, por exemplo?!

As privatizações têm sido missão de que se têm encarregado, com zelo e pertinácia, os que se dizem sociais-democratas e os que, dizendo-se socialistas, sociais-democratas são.

Parece não ter limites a fúria privatizadora. Talvez se cuide haver o benefício da aceitação tácita para o que se vai impondo, e estar o processo aparentemente coberto por larga consensualidade. O caso é que, para tal ser possível, e para que, dos primeiros passos, cautelosos, se tenha passado para a escalada e as acelerações, para o que hoje se vive, foi necessário justificar, por vezes invocar,

imposições do exterior, sobretudo criar um quadro geral de aceitação.

Privatizar é preciso (diziam e dizem eles...)

Ao princípio, a justificação era o verbo que estigmatizava os desmandos do "período revolucionário", do "gonçalvismo" e do PREC, designações que se foram armando de carga pejorativa, nas fronteiras do insulto à inteligência. Esta justificação, de reposição da legalidade... anterior ao 25 de Abril, em que 7 grandes grupos económicos dominavam a economia portuguesa (Espírito Santo, Melo, Champalimaud, nomes que se lembram porque poderiam estar esquecidos!), atravessa todo o processo. A ela juntou-se a inserção na deriva neoliberal nascida com os anos 80, para recuperação do sistema a braços com a crise (em sentido geral) do capitalismo, em fórmula com assinatura fundadora de Thatcher/Reagan.

À palavra de ordem de privatizar o que nacionalizado tivesse sido, somou-se a de afastar o Estado na economia. As leis do mercado (cegas, ou melhor, estrábicas na direcção do sentido único) tinham de se impor através da desregulamentação do "mercado do trabalho", flexibilizando-o e precarizando, num pano de fundo em que a natureza do sistema revela a sua essência.

Havia que convergir nominalmente, isto é, financeiramente, e recuperar competitividade, aliciar capitais a investir em vez de só especular. Para tanto, moderar até ao suportável os acréscimos salariais, assimilados os salários a custos e nunca a rendimentos. Também diminuir as custas do capital nos encargos do regime de segurança social, do apregoado "modelo social europeu" tão nocivo para a competitividade! O que, de certo modo, é privatizar. De forma pura e dura. Faz com que direitos dos cidadãos, antes de mais dos trabalhadores, passem a privilégios desde que haja pagamento antecipado.

O seguro individual como investimento a substituir a segurança social como direito. Reacções fortes, sobretudo onde os sinais de ataque a conquistas sociais inalienáveis foram detectados, denunciados e repudiados com manifestações populares de vários tipos, levaram à necessidade de recuos.

No caminho (único) para a União Monetária

Entretanto, na economia, melhor, nas finanças nada de recuos. Para a moeda única e em força. Particularmente depois do sobressalto das crises especulativas de 1992/93 ter posto em causa o calendário e a metodologia estabelecidos em Maastricht. Em vez de se rever o que o bom senso justificaria que fosse revisto... para o Banco Central Europeu e para a UEM, em força!

O que, como era inevitável, foi acompanhado por mais privatizações. E noutras áreas. Com a banca comercial já privatizada, assim retirado um meio de recolha e de canalização de poupanças da política global cada vez mais fragilizada, chegou a vez do(s) banco(s) central(is).

Na verdade, a "entrega" da definição da política monetária a um BCE corresponde a uma real privatização. Para mais, com a entrega desse meio e competência a uma instituição supranacional, federal, independente de qualquer poder político democraticamente legitimado. Com uma comissão executiva escolhida e nomeada sabe deus/euro como, "assessorada" por um Conselho de Governadores de bancos centrais onde tem lugar o do Banco (ainda) de Portugal.

Exemplo acabado dessa privatização no sentido de fora da alçada do público, quer do serviço quer do interesse públicos, foi a inesperada descida concertada das taxas de juro.

Uma decisão exemplar

Não se trata de avaliar da bondade ou da maldade da decisão (que tem que se lhe diga... mas noutras páginas.) Trata-se de denunciar o processo de tomada de decisões. Quando foi anunciada, pela hora do almoço de 3 de Dezembro, os deputados do Parlamento Europeu não discutiam o sexo dos anjos mas terminavam o voto, que durou quase quatro horas, sobre o que vêm discutindo aturadamente há meses e anos, o seu próprio estatuto... Estavam nisso entretidos, completamente à margem da decisão, e só dela tendo conhecimento pela comunicação social. Talvez porque tal decisão seja "coisa séria" e, por isso, deve ser decidida pelo sr. Duisenberg e seus pares, sem dar cavaco a parlamentares e a governos e a chefes de Estado. Que, aliás, se vão reunir no próximo fim-de-semana com a baixa das taxas de juro, decidida pelos eurobanqueiros, no sapatinho.

Viva a independência dos bancos centrais do euro, livres do serviço público com que o poder político poderia ter a veleidade de os condicionar. Os senhores governadores, em uníssono, teriam querido despedir-se, com esta prova, da sua independência do poder político. Mesmo que o poder político lhes agradeça a decisão (mas essa é outra questão... e tem que se lhe diga!).

É que, sublinhe-se como sublinhado foi, após 1 de Janeiro uma decisão como esta não será tomada pelos governadores dos bancos centrais nacionais mas pelo BCE e para os 11 países do euro. Aliás,

se formalmente foram esses governadores que a tomaram e anunciaram, ela teve de ser, antes de mais e antes de anunciada, uma decisão do Bundesbank/BCE - talvez com o governador do primeiro a lembrar ao segundo quem é que manda -, que os governadores dos outros bancos centrais nacionais foram encarregados de anunciar. Terá sido a última nota do canto dos cisnes, tal como lhes ordenou que a cantassem quem vai passar a cantar por eles todos.

E o papel dos eleitos e da democracia?...

Face ao sucedido, e ao que se vai suceder, cabe perguntar qual é o papel de quem tem mandatos legitimados por eleições que os tornaram representantes dos povos - vivemos em democracia representativa formal - se as decisões importantes, "sérias", são da competência de personalidades, órgãos e instituições não eleitos e que não têm contas a prestar a ninguém. A não ser, claro, aos interesses que defendem e representam não democraticamente. Ao capital financeiro transnacional.

Por isso se questiona se não estaremos à beira da privatização dos deputados. Nem seria complicado e haveria, decerto, gabinetes privados, certificados, quiçá, por uma Mesa-Redonda de Industriais Europeus para os deputados europeus, por uma Confederação de Empresários Portugueses para a Assembleia da República, que fariam eficazes seleções de legisladores e de bem faladores para cumprir mandatos produtivos, competitivos, com custos/benefícios concorrenciais.

Para os governos, mais fácil seria ainda, com aproveitamento daquela já experimentada permuta entre cargos ministeriais e lugares de eleitos e de membros na Comissão na UE feita entre homens dessas Mesas e Confederações.

Contra isto, temos de lutar. Contra este ambiente de erosão da democracia representativa, contra esta insidiosa campanha de descredibilização() de uma coisa que não existe a que chamam "classe política" e que foi sendo insinuada pelos que seriam os seus componentes se ela existisse. Denunciando, sem hesitações, quem, pelo seu comportamento pessoal, contribui para essa imagem sempre em degradação dos "políticos", dos eleitos, da democracia representativa.*

Com a luta de massas e com as massas, há que estimular a participação de todos na vida política, na democracia representativa. Lutando contra a demissão, os boicotes, a abstenção, que têm efeito idêntico ao da privatização dos eleitos e dos governos.

(*) - Caso chocante é o da recente ida do eng. Belmiro de Azevedo à AR para ser ouvido por eleitos sobre eventuais ligações pouco democráticas entre o poder económico e o poder político, que foi transformado numa tão lamentável como significativa diversão sobre as horas a que começam a trabalhar os deputados e à "madrugada" a que os teria obrigado o empresário, dado como exemplo das virtudes do trabalho e que, assim, teria dado uma lição à "classe política".



■ Sérgio Ribeiro

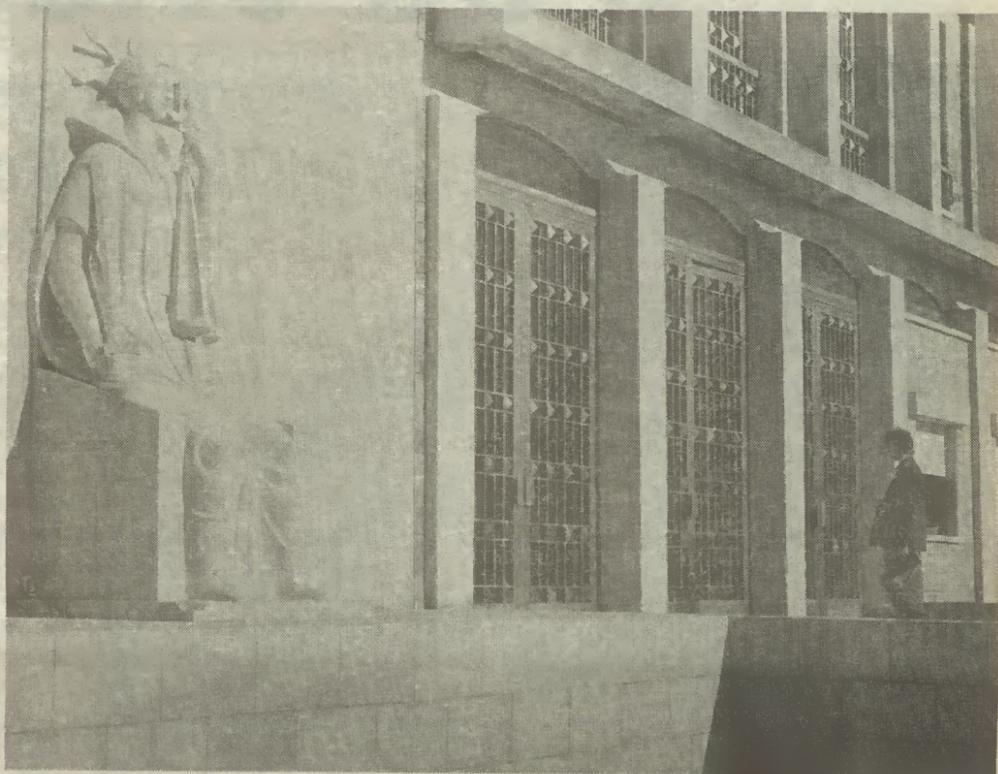


Justiça

Sistema favorece as classes dominantes

A situação do sistema de Justiça e a necessidade de um Programa de medidas urgentes para a Justiça em Portugal, foram analisadas pelo PCP, na conferência de imprensa que realizou, na quinta-feira passada - uma semana antes das comemorações da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que hoje se comemora.

Após proferir a declaração que a seguir transcrevemos, Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, acompanhado de Odete Santos, deputada do PCP na AR, e de José Neto, membro do Comité Central do PCP, respondeu a algumas questões colocadas pelos jornalistas. Em relação, por exemplo, ao perdão ou à amnistia como eventual solução para alguns dos problemas equacionados, o dirigente comunista, lembrando os 140/150 presos que existem em Portugal por cada 100 mil habitantes e a elevada percentagem de prisões preventivas - 30 por cento -, considerou que essa medida apenas poderia aligeirar um problema que exige um muito maior aprofundamento. Apontando designadamente a pobreza e a exclusão social como factores que estão na origem do aumento da criminalidade, sublinhou, entretanto, a necessidade de a Justiça se prestigiar, particularmente em relação aos crimes de «colarinho branco», para os quais defendeu o reforço e utilização de meios que garantam resultados concretos.



1 - Tem-se verificado nos últimos tempos um conjunto de acontecimentos na área da Justiça com um grande impacto mediático e que têm chamado a atenção para este importante sector do Estado e do sistema político democrático. Foi o caso do processo Leonor Beza, dos desentendimentos e choques entre magistraturas, da revelação de problemas e atrasos na investigação criminal, das desinteligências e contradições no campo legislativo. O anúncio do eventual arquivamento de importantes processos judiciais, no âmbito do Acórdão sobre prescrições, teve igualmente um especial significado.

Sem subestimar a importância de algumas questões colocadas, o PCP chama a atenção para o facto de se manterem importantes problemas de fundo, para os quais tem alertado ao longo dos anos e que são os centrais nesta matéria. Estão nesse caso a morosidade da Justiça, o seu custo elevado e a sua menor qualidade para as camadas sociais com menos recursos. No conjunto, aos olhos dos cidadãos, resulta um sistema de Justiça que favorece objectivamente as classes dominantes, os poderosos, podendo estar em causa a própria credibilidade do poder judicial.

No estado da Justiça em Portugal há três aspectos fundamentais que devem merecer especial atenção:

- a desigualdade dos cidadãos no acesso à informação judiciária, ao direito e aos tribunais e na concretização efectiva de direitos e utilização das garantias processuais;
- o crescente volume de processos e a morosidade das investigações judiciais e das decisões dos tribunais;
- as disfunções de um sistema prisional que reproduz o crime e as injustiças, em vez de assegurar ou contribuir para uma efectiva reinserção social.

Com a conquista da democracia em 25 de Abril de 1974, aumentou muito o recurso dos cidadãos aos tribunais, tal como aumentou o elenco de direitos que é possível fazer valer por meios judiciais. Ao mesmo tempo, mantiveram-se ou agravaram-se fenómenos de exclusão social e pobreza e outras fontes de conflitualidade social, cresceu a sofisticação do crime e também a mediatização da Justiça, tudo factores de conflitualidade jurisdicional acrescida. Não houve, entretanto, a atenção devida à Justiça nem as medidas correspondentes a este aumento do recurso aos meios judiciais.

Esta situação, que se foi acumulando e agravando ao longo dos anos, não pode continuar e é imperioso fazer-lhe frente no imediato, nomeadamente através de um Programa de medidas urgentes para a resolução dos problemas da Justiça em Portugal.

2 - Naturalmente, os Tribunais não são imunes à crítica. O PCP compartilha com a generalidade dos cidadãos justificadas preocupações com o actual estado de coisas. Mas não pode também

deixar de denunciar vivamente todos aqueles que pretendem utilizar a justa indignação das populações para pressões que visam denegrir os Tribunais e as magistraturas judicial e do Ministério Público, atacando o poder judicial com o objectivo de bloquear e neutralizar a sua acção.

Estas pressões, cujos aspectos mais visíveis se traduzem por declarações mais ou menos radicais ou folclóricas de comentadores e figuras públicas, insere-se num processo mais profundo, que se vem intensificando, contra a independência dos Tribunais e na defesa e continuação de privilégios e impunidades dos detentores do poder económico e político.

3 - Como Partido responsável, o PCP reconhece que a grave situação da Justiça tem causas profundas e não pode ser imputada inteiramente ao actual Governo. Mas também é verdade que ao actual Governo cabem especiais responsabilidades no atraso e na falta de concretização de medidas que contribuam para a credibilização e, sobretudo, para a realização da Justiça.

No quadro do Programa de medidas que o PCP propõe, impõe-se, em especial, uma actuação nas seguintes catorze direcções:

- Actualização da divisão judiciária, criando **desdobramentos de círculos e de comarcas nas áreas de maior concentração demográfica** e com maior acumulação de processos em atraso;
- Criação efectiva e rápida das **bolsas de juizes** para acudir aos casos de grande acumulação de serviço e atrasos nas comarcas;
- **Combate ao excesso de formalismo processual** e concretização das medidas de simplificação processual, incluindo a reconsideração de prazos de recurso, sem prejuízo dos direitos e garantias constitucionais;
- **Recurso a formas extrajudiciais de resolução de conflitos**, pelo alargamento da arbitragem e pela implementação dos julgados de paz;



- Rápida **modernização e desburocratização do aparelho judicial** e melhoria das condições de trabalho dos operadores judiciários;

- **Melhoria da acessoria técnica e dos meios informáticos e tecnológicos ao dispor dos juizes**, que permitam melhorar a celeridade da sua actuação e a informação disponível;

- **Reforço e optimização dos meios à disposição das autoridades judiciais** e dos órgãos de polícia criminal, com vista a uma melhor e mais rápida investigação criminal;

- **Concretização de medidas legislativas e administrativas** que, com salvaguardados direitos constitucionais, **reduzam a possibilidade de manipulação dilatatória da investigação e julgamento da alta criminalidade, criminalidade económica e "crimes de colarinho branco"**;

- **Concretização de alternativas às penas de prisão e ao excesso de prisão preventiva**, dignificação da situação dos reclusos e medidas de efectiva reinserção eficazes na prevenção da reincidência no crime e na delinquência;

- Organização de um **programa de divulgação sistemática da função social do Direito** e dos tribunais, começando pelas escolas e através de outros meios;

- **Criação da carreira do Defensor Público**, para dignificar a defesa dos cidadãos com menores recursos e melhorar o acesso ao Direito;

- **Dignificação do estágio dos advogados, com maior responsabilização pública na sua formação e apoio;**

- **Criação de um Observatório da Administração da Justiça**, junto da Assembleia da República, com a participação de elementos vindos dos tribunais e das instituições representativas dos profissionais de Justiça, das universidades, da comunicação social e outros;

- **Elaboração anual de um Livro Branco sobre a Justiça** e seu envio à Assembleia da República para assegurar um debate alargado.

4 - O PCP vê com grande interesse e considera oportunas, desde já, todas as iniciativas e debates que visem dialogar, assegurar a participação, concertar posições, atenuar contradições e superar atrasos e bloqueios, bem como todas as que vão no sentido de contribuir para a consolidação de um poder judicial democrático e para a salvaguarda da independência dos Tribunais.

A uma semana das comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, resolver adequadamente os problemas da Justiça em Portugal e assegurar a sua democratização será uma forma de contribuir para lhe dar um conteúdo efectivo nesta área e para tornar a Justiça mais eficaz e colocá-la mais perto das populações.

CUBA Conferência econômica internacional

A globalização e as crises

entrevista com

Roberto Verrier

teremos um livro. Ele será uma vitrina do Encontro, pois reflectirá, através das comunicações e debates, as diferentes tendências e correntes de pensamento. Mas, sublinho, o nosso Encontro será técnico e não político na acepção tradicional da palavra. Atingiremos o objectivo se dele saírem clarificadas, bem iluminadas, ideias e posições divergentes ou antagónicas sobre a globalização.

Av! - Está prevista alguma intervenção de Fidel Castro?

RV - O presidente Fidel Castro já confirmou que estará presente e participará no nosso Encontro.

Av! - Qual o critério seguido no que se refere aos convites?

RV - Talvez a resposta o surpreenda. Aproximadamente 70% dos convidados estrangeiros são neoliberais, estruturalistas e neo-keynesianos. Pretendemos sobretudo ouvir,

compreender melhor as posições e mecanismos que estão ao serviço das políticas neoliberais. A nossa posição, como sabe, é outra. Cuba rejeita o neoliberalismo, mas acreditamos que a pluralidade dos debates será enriquecida. Perguntará por que optámos por uma maioria de adeptos do neoliberalismo? Porque as políticas aplicadas no mundo são hoje quase exclusivamente de recorte neoliberal. É natural, portanto, que os latino-americanos pretendam conhecê-las em profundidade, para estarem em melhores condições para enfrentar os problemas dos respectivos povos. Simultaneamente, oferece-se-lhes uma oportunidade única de expressarem, num conclave tão amplo, a nossa posição sobre essa corrente de pensamento e debaterem alternativas que respondam aos problemas que se colocam num mundo onde a pobreza alastra, oportunidade para debaterem soluções para o flagelo do desemprego, cuja taxa continua a aumentar de maneira alarmante. Trata-se, enfim, de procurar respostas, de desenvolver esforços para que a crise, cada vez mais ampla, não se estenda à América Latina. Queremos que na Europa e nos EUA se tome de uma vez por todas consciência de uma reivindicação nossa, permanente: a de que os produtos básicos dos países em desenvolvimento obtenham a garantia de mercado. Lutamos naturalmente pela compreensão dos nossos problemas, sempre relegados a plano secundário.

Av! - No México, durante o Forum de São Paulo, algumas delegações latino-americanas adoptaram uma posição quase maniqueísta, como se houvesse dois capitalismos, um, o bom, da União Europeia, e o outro, o mau, dos Estados Unidos. São reais as contradições entre os EUA e a União Europeia, mas parece-nos uma ingenuidade acreditar, por exemplo, que o euro será um factor de guerra económica no campo capitalista. Que pensa a respeito desta questão?

RV - Em Setembro passado, participei nas Honduras num Congresso de Economistas da América Central e do Caribe. Nesse



Miguel Urbano Rodrigues

O Manifesto do Partido Comunista e a luta das mulheres

■ Maria José Barradas

Comemorou-se, no passado mês de Fevereiro, 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels, e publicado em Londres, em Fevereiro de 1848. Pensamos que este importante acontecimento deveria ser objecto da nossa reflexão pelo que o *Manifesto* significou e significa na luta política e social dos trabalhadores, pela liberdade do ser humano, pelo progresso da humanidade; e, neste contexto, pela emancipação da mulher.

Pensando a História, os movimentos de mulheres anunciavam-se, já em finais do século XVIII, como embriões de revolta feminina e que expressavam a atenção das mulheres à mensagem revolucionária da Revolução Francesa - Liberdade, Igualdade, Fraternidade, e desenvolvendo-se com a tomada de consciência da sua discriminação e na vontade de lutar pelos seus direitos. Mas, é em meados do século passado - após a publicação do *Manifesto*, que, num contexto de luta política, económica e social dos trabalhadores da Europa e América do Norte contra a desenfreada exploração capitalista e contra as miseráveis condições de existência a que os trabalhadores eram submetidos, que surgem os primeiros movimentos emancipacionistas de mulheres; e, a título de exemplo, citamos: a Associação Geral de Mulheres Alemãs, em 1862; a Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino e do Conselho Nacional das Mulheres em 1888, nos Estados Unidos; a Liga pelo Direito das Mulheres em 1882, em França;

e na Inglaterra, a Women's Social and Political Union, em 1903; e tantos outros, que se foram constituindo, aos quais as mulheres portuguesas não foram indiferentes. Também elas, com a sua força e determinação, acompanharam os ventos de mudança abraçando as lutas do seu tempo, e, na defesa dos ideais republicanos, surge a presença feminina na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas cuja presidente foi Ana de Castro Osório.

A luta das Mulheres foi e é inseparável da luta dos povos, e sempre que esta reclama a participação mais activa e consciente dos trabalhadores, a mulher está presente. Lembremos o heroísmo das mulheres que, na luta pela redução da jornada de trabalho, em dia 8 de Março de 1857, foram vítimas de uma feroz repressão na qual algumas perderam a vida. Celebramos, nos nossos dias, o 8 de Março, *Dia Internacional da Mulher*, em homenagem a essas corajosas lutadoras.

No nosso país, o atraso económico e a crise política do governo monárquico produziam um nível de vida baixíssimo, com salários de miséria, horários duros e condições de habitação insalubres, conduziu as mulheres à luta contra estas condições, surgindo os primeiros movimentos reivindicados das mulheres que datam a 1862.

A questão da mulher na sociedade e nas relações familiares é abordada no *Manifesto* no contexto da análise de Marx e Engels, sobre as relações de produção capitalista, onde no prefácio à edição inglesa de 1888 se pode ler: «O modo predominante da produção económica e da troca, e a organização social que dele necessariamente decorre, formam a base sobre a qual se constrói, e só a partir da qual pode ser explicada, a história intelectual e política dessa época», o que quer dizer que o modo como se estrutura a base económica da sociedade determina o modo de pensar, a educação, as leis e o direito que vigoram nessa sociedade. As relações entre os homens e mulheres e as relações no seio da família exprimem essa estrutura intelectual. Citando mais uma vez o *Manifesto*, lê-se a certo passo: «O burguês vê na sua mulher um mero instrumento de produção... Não pode conceber que se trata precisamente de suprimir a condição das mulheres como mero instrumento de produção.» Não podemos deixar de ver nestas palavras um duplo significado: por um lado, a condição indigna, desumana e humilhante a que a sociedade burguesa submete a mulher; por outro, o prenúncio da luta, da determinação, da coragem dos comunistas para transformar a situação da mulher e elevá-la à dignificante tarefa de fazer de si própria a obreira da sua libertação inserida na luta geral dos trabalhadores.

Sobre a questão das relações familiares, diz-nos o *Manifesto* o seguinte: «As frases burguesas sobre a família tornam-se tanto mais repugnantes quanto mais os laços de família dos proletários, em consequência da grande indústria, são rasgados e os seus filhos transformados em simples artigos de comércio e instrumentos de trabalho.» Que vemos nos nossos dias? Uma sociedade florescente de igualdade e justiça e de respeito pelos direitos das crianças, pela protecção à maternidade, pelo desenvolvimento harmonioso da família? Não! A sociedade capitalista, no apogeu do liberalismo económico intensificou e ampliou as condições de exploração da mulher, deformou os laços familiares, sujeitou as crianças à vergonha do trabalho infantil e à exploração sexual mais repugnante exposta nos casos de pedofilia, que alastram a redes internacionais e que não podem deixar de merecer o mais veemente repúdio, indignação e exigência de acabar com este flagelo.

LER e reler o *Manifesto* é sempre um acto que nos ajuda a compreender os mecanismos da exploração, a reflectir melhor não só pelo seu conteúdo doutrinal, mas, sobretudo, pela actualidade política de que se reveste, pela compreensão que nos ajuda a ter da vida, do mundo e do ser humano.



Cento e cinquenta anos depois, como resultado da luta dos trabalhadores em geral e das Mulheres em particular, muitos direitos foram alcançados e muitas mulheres são hoje o rosto democrático e a voz de liberdade um pouco por todo o mundo. Mas são ainda um pouco, e por isso é necessário criar condições para o desenvolvimento da consciência geral das mulheres, dos seus direitos e dos seus deveres cívicos, porque, sem a participação da mulher a todos os níveis da organização social, política, económica e cultural, não é possível uma democracia plena.

As mulheres comunistas, interpretando a mensagem de Marx e Engels, vêem no *Manifesto* um dos apetrechos da doutrina marxista, tomando-o como um guia de acção revolucionária que transforma cada momento da sua luta numa causa única de homens e mulheres, dando expressão à seguinte frase: «O livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.» O *Manifesto* é uma mensagem de esperança para todos os que desejam e querem, pela sua vontade, criar um mundo diferente, pelo que mantém toda a actualidade.

BIBLIOGRAFIA

C. Marx, F. Engels, "Obras Escogidas", T.I. *Manifesto del Partido Comunista*, Trad. Espanol Edit. Progreso, Moscow, 1976.
C. Marx, F. Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, Trad. J. Barata-Moura e Francisco Melo, Lisboa, Ed. Avante, 2ª Edição, 1997.
MDM, "Apontamentos para a história do MDM - o retorno dos gestos", Lisboa, 1988.



Uma conferência internacional com características inéditas reunirá em Havana, em Janeiro, personalidades de duas dezenas de países para um grande debate sobre a globalização. Durante cinco dias - em sessões que começam pela manhã e entram pela noite -, economistas, sociólogos e escritores de quatro continentes confrontarão ideias e soluções sobre uma temática que suscita paixões e divide a humanidade. Paradoxalmente, os defensores do neoliberalismo, num país que o rejeita, serão mais numerosos do que os seus críticos. O cubano Roberto Verrier, presidente da Associação dos Economistas da América Latina, promotora da iniciativa, fala ao *Avante!* sobre esse polémico acontecimento que está a ser aguardado com enorme interesse, sobretudo nos países em desenvolvimento.

«Avante!» - Partiu de Fidel Castro, em Abril passado, a sugestão de uma conferência internacional muito ampla e aberta que reunisse em Havana economistas de todo o mundo, sobre os problemas da globalização. Sei que a ideia caminhou. Em que data se realiza a Conferência e como será organizada?

Roberto Verrier - O Encontro Internacional «Globalização e Problemas do Desenvolvimento» decorrerá entre 18 e 22 de Janeiro. Convidámos 25 organizações internacionais do sistema das Nações Unidas e três organismos financeiros muito importantes - o Banco Mundial, o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. No mundo dos *media*, convidamos quatro publicações de prestígio internacional: *Le Monde Diplomatique*, *The Economist*, *Business Week* e *El Economista*.

Av! - Quantas personalidades convidaram?

RV - Umhas 105, de 27 países. Cito de memória: Estados Unidos, Canadá, Brasil, Venezuela, Peru, Colômbia, México, Uruguai, Chile, Argentina, Malásia, Índia, Japão, Reino Unido, Itália, França, Espanha, Portugal, etc. Das personalidades que já confirmaram a sua vinda recordo os brasileiros Hélio Jaguarbe, Teotónio dos Santos e Paulo Nogueira, o argentino Aldo Ferré, os mexicanos Jaime Stay e John Saxo, o espanhol Manuel Delgado, o francês Henri Alleg, o alemão Heinz Dietrich, o suíço Friedrich Klimont, o norte-americano Richard Haussmann. Os autores das comunicações disporão de 20 a 30 minutos. Dispostos de muito tempo para os debates. Haverá quatro línguas oficiais: o espanhol, o português, o inglês e o francês.

Av! - Qual o objectivo fundamental da Conferência?

RV - Aprofundar o conhecimento das tendências actuais das diferentes correntes de pensamento económico sobre a globalização e as crises desencadeadas pela sua versão neoliberal. Tentaremos identificar pontos de convergência e chegar, se possível, a recomendações comuns. Queremos chamar a atenção para certos mecanismos financeiros cuja alteração se impõe.

Av! - Haverá conclusões? Não parece fácil numa Conferência onde as posições e as perspectivas, além de diferentes, serão também com frequência antagónicas.

RV - Está previsto um Relatório de umas dez páginas que será sobretudo uma síntese narrativa dos trabalhos. Posteriormente, edi-



Justiça para Beleza!

Justiça, Meritíssimos. Tudo o que se pede é que os Tribunais apurem a verdade dos factos. Que julguem se houve dolo eventual na contaminação de umas dezenas de hemofílicos, ou “apenas” uma incontestada mas já “prescrita” negligência. Decidam, conforme os comandos e garantias da Constituição, mas céleres, porque, à medida que avança a campanha de “inocentação mediática”

de L. Beleza, adensam-se as ameaças ao próprio Poder Judicial.

Passaram pouco mais de dois anos desde a soirée de solidariedade com L. Beleza, em que esteve presente o “cavaquismo” em peso, M. Soares, Freitas do Amaral e os “links” do poder económico, numa autêntica sedição contra a decisão do Tribunal de Instrução Criminal de pronúncia dos arguidos.

Foi, na altura, a expressão assumida da conspiração para bloquear a acção do Poder Judicial e pôr os poderosos, a “quinta essência” da sociedade, a recato de qualquer plebeia “igualdade perante a lei”.

É agora do mesmíssimo teor o que se tem passado a propósito do Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, que, em substância, decide que são bastantes os indícios para que haja julgamento e se apure se houve ou não, neste caso, dolo eventual.

Faltarão ainda, no “coro dos protestos” uns poucos notáveis, não haverá o pretexto dum opúsculo do inefável Proença de Carvalho, nem está, até ver, previsto qualquer desfile e beija-mão de tias e colunáveis; mas, no fundo, é a mesma guerra contra o Poder Judicial democrático, e travada, desta feita, com um acinte, organização e virulência muito particulares.

A batalha pela “inocentação mediática” de L. Beleza é o pretexto para MRS, seus acólitos e “jograis d’o que está a dar” no sistema do “nacional mediatismo” atacarem a “crise da Justiça”, ou seja, zurzirem a independência e competências constitucionais das magistraturas e dos Tribunais que nunca aceitaram, por não caberem no seu estrito controlo político-administrativo.

Não se referem às disfunções do sistema judicial que, como o PCP recém-caracterizou, carece de urgente credibilização e democratização, para que a morosidade, custo elevado e menor qualidade da justiça para as camadas sociais com menos recursos, não se perpetuem como privilégio

das classes dominantes.

Nem se referem, obviamente, ao Acórdão do Supremo que pode conduzir ao eventual arquivamento de importantes processos de “colarinho branco” e outros de dignitários do poder económico-político, ou à manipulação dilatória da investigação e julgamento, por exemplo, da criminalidade económica.

O que vemos é MRS a reivindicar um atestado de bem-aventurança para os “decisores políticos”, que os isentaria de serem responsabilizados e julgados em Tribunal pelas consequências dos seus actos.

Vemos Alberto J. Jardim a dizer que a “Justiça está conotada com ideologias de esquerda” e o PSD e seus apêndices da AD(zinha) alinhadinhos nessa consigna.

Vemos Ferraz da Costa, a “tirar as castanhas do lume”, desqualificando a Procuradoria Geral da República, enquanto outros correligionários falam do “Pina Manique” e “A Capital”, num autêntico jogo de sombras, faz títulos garrafais com a sensacionalista e falsa “demissão” do PGR.

Vemos o Padre Melícias e Mota Amaral, tidos como da Opus Dei, defendendo uma aministia, de que não esclarecem os contornos, mas que coincide temporalmente com o “caso Beleza”, coisas que aliás o “Expresso” trata de associar, directamente e sem pudor, em “estudo de opinião”.

Assim se clarificam os objectivos de MRS e da sua AD(zinha) - neutralizar o Poder Judicial para preservar privilégios e impunidades dos poderosos e “vitimizar” e “inocentar mediaticamente” L. Beleza, fazer prescrever ou amnistiar o respectivo processo, ou preterir o seu julgamento até às legislativas e condicionar a decisão judicial.

E, enquanto isto, lemos, em letra de forma, a gravíssima denúncia do PGR Dr. Cunha Rodrigues, ao “Expresso”, de **inaceitáveis pressões sobre o Ministério Público para bloquear procedimentos processuais relativos a “pessoas com alguma notoriedade”, sob ameaça de demissão deste alto magistrado.**

É por estas e por outras, porque MRS, a AD(zinha) e outras forças poderosas estão dispostas a quase tudo por L. Beleza e o que ela representa e porque, como no passado, são previsíveis novos apoios, cedências e coincidências, em detrimento da justiça e do Poder Judicial democrático, que se espera e deseja a mais célere justiça para Beleza!

■ Carlos Gonçalves



Informação devidamente embrulhada

■ Zillah Branco

O cidadão brasileiro precisa ter muita confiança em si mesmo para não pensar com a cabeça dos eruditos analistas da situação nacional. São pessoas importantes pelo cargo que ocupam e pelo poder de que dispõem, sempre acompanhados dos seus assessores que driblam em economês uma série de informações. A dificuldade maior está em escolher quem está com a verdade já que um contradiz o outro.

Assim, no dia 16 de Novembro, foram entrevistados pela *Globo* os representantes do Comércio Lojista de São Paulo que afirmaram ser a situação do comércio neste Natal muito saudável em termos de perspectiva de vendas. Criticaram os «economistas de plantão sempre dispostos a alertarem o público para a crise», que estão a criar um clima de recessão. Acontece que essa opinião tem sido emitida pelo Presidente da República e seus assessores, além de outros «economistas de plantão», como classificam os novos entendidos.

Nós, os que sentem no bolso os efeitos da crise, ficamos com a impressão de que o que hoje chamam de «informação» e «noticiário» ou «análise da situação» não passa de publicidade. A crise (como a estabilidade) é uma peteca que serve aos interesses dos que estão lá em cima ou querem subir. O economês é para mostrar que os de cima falam de coisas que os simples mortais não entendem, por isso devem confiar de olhos fechados neles. Mas, um falando o contrário do outro, não dá. Que tenham disciplina, pelo menos.

Mas, olhando o chão directamente, extraímos algumas verdades das análises feitas pelos contrários. Primeiro, a crise é violenta, com o desemprego aumentando vertiginosamente (veja-se a situação, por exemplo, da COSIPA, que ameaça despedir cerca de mil trabalhadores, e as montadoras de automóveis que

reduzem o número de horas semanais de trabalho e dão férias colectivas). Não precisamos citar estatísticas porque vemos aumentar o número de pais de família que pedem comida para os filhos, rapazes que entram na marginalidade porque já perderam as esperanças de seguir um caminho decente de vida, o aumento dos roubos até em cidades pequenas e tranquilas, etc.

Segundo, o pequeno comércio reduz o seu *stock* e compra produtos mais baratos e de qualidade inferior porque sabe que a sua clientela não tem dinheiro para muita coisa no Natal e porque já está sobrecarregado com a inadimplência crescente.

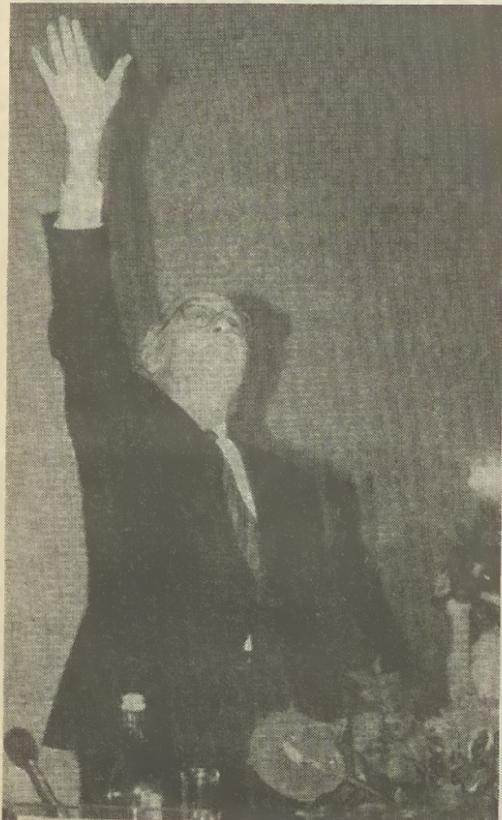
Terceiro, os *shopping centres* que «concentram o poder e usufruem dos benefícios da globalização, segundo o representante do Comércio Lojista de S. Paulo, podem conquistar os clientes com promoções milionárias (sorteio de carros, iates, eletrodomésticos, viagens). Devemos acrescentar que o comércio mais rico ainda vive da agiotagem praticada nas vendas a prazo com juros de até 50 por cento, como o PROCON tem desvendado. Não é por acaso que o comércio lojista responde por 25 por cento do PIB, ou seja, 200 mil milhões de reais, e pelo fenómeno epidémico da inadimplência. Faltam-me os dados referentes às falências dos pequenos comerciantes com o consequente desemprego de famílias inteiras.

Quer dizer, sofremos várias crises: a económica, que é medida no bolso, a de concentração da riqueza e do poder (que acaba com a democracia), a de informação coerente, a de fiscalização dos abusos contra o cidadão, a de fomento do consumismo, que deforma a mentalidade da população. Tudo isso em benefício da malfadada globalização e dos famélicos de lucros que destroem o equilíbrio nacional.



SANTIAGO

TELEVISÃO



Saramago recebe hoje cerca das 15 horas em Estocolmo o seu Nobel. RTP 1 e SIC transmitem a cerimónia

Quinta, 10

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.40 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telegestual
20.45 Contra Informação
21.00 As Lições de Tóncas
21.35 Maria Elisa
23.35 Liga dos Campeões
00.30 Anúncios de Graça
01.10 24 Horas
02.05 Porcos Selvagens
(de Jerome Courtland, EUA/1974, com John Ericson, Denver Pyle, Walter Barnes, Clay O'Brien. Comédia)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 A Paixão dos Fortes
(de John Ford, EUA/1946, com Henry Fonda, Linda Darnell, Victor Mature, Walter Brennan)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 O Planeta da Vida
19.30 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Vale Abraão
(de Manoel de Oliveira, Port./Fr./Suíça/1993, com Leonor Silveira, Cecile Sanz de Alba, Luís Miguel Cintra, Rui de Carvalho. Ver Destaque)
00.50 Os 50 Anos do Estado de Israel (V)

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Cantigas de Mal Dizer
22.15 Torre de Babel
23.15 Hilda Furacão
00.25 Último Jornal
01.05 Sentinela
02.35 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Destruição Iminente
(de Albert Nagnoli, EUA/1996, com Paul Mercurio, Harley Jane Kozak, Michael York, Maria Ford. Ficção Científica)
01.20 Ai Que Vida!
02.10 Desporto
02.50 Profiler

Sexta, 11

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telegestual
21.00 Uma Casa em Fancos
22.00 Jet Set
22.35 Serviço de Urgência
23.35 Radar
00.15 24 Horas
01.10 Máquinas
01.50 O Calor da Meia-Noite
(de John Nicolella, EUA/1995, com Michael Pare, Adam Ant, Dennis Hopper, Daphne Ashbrook. «Thriller»)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 A Terra
16.35 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 O Corpo Humano
19.35 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Noites Brancas
(Fenómeno, filme de Jon Turteltaub, EUA/1996, com John Travolta, Kyra Sedgwick, Forest Whitaker, Robert Duvall, David Gallagher. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Bom Baão
21.30 Ponto de Encontro
22.30 Torre de Babel
23.30 Donos da Bola
02.10 Último Jornal
03.15 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.20 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Polícias e Ladrões
24.00 Um Assassino entre Amigos
(de Charles Robert Garner, EUA/1990, com Patty Duke, Loretta Swift, Margaret Welsh. Policial)
02.00 Ai Que Vida!
02.30 Ponto Final
02.55 Profiler

Sábado, 12

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.00 Made in Africa
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top+
14.55 Espelho Meu
15.35 Saber & Fazer
16.25 O Rapaz e o Mundo
16.50 Primeira Vez
18.05 Estrada Viva
18.45 Santa Casa
20.00 Telegestual
21.15 Evita Peron (4.º Ep.)
22.30 Miguel Ângelo ao Vivo
23.45 24 Horas
00.30 A Bênção do Anjo Negro
(de Wes Craven, EUA/1982, com Maren Jensen, Susan Buckner, Sharon Stone, Jeff East. Terror)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Shaka Zulu
13.00 Cidade Louca
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.45 Caminho das Estrelas
19.35 2001
20.05 Os Simpsons
20.30 Tenchi Muyo
21.00 O Universo de Stephen Hawking
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 O Vigário de Dibley
00.35 O Riso ao Poder
01.05 A Divina Comédia
(de Manoel de Oliveira, Port./1991, com Maria de Medeiros, Miguel Guilherme, Luís Miguel Cintra, Mário Viegas, Leonor Silveira. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Perdidos em África
(de Stewart Raffill, EUA/1995, com Jennifer McComb, Ashley Hamilton, Timothy Ackroyd. Acção/Aventuras)
16.00 Walker
17.00 O Império do Sol



Stephen Hawking, o físico que se tornou um dos grandes divulgadores da Ciência neste século: sábado na RTP2

(de Steven Spielberg, EUA/1987, com Christian Bale, John Malkovich, Miranda Richardson, Nigel Havers. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Big Show Sic
01.00 Sentinela
02.00 Último Jornal
02.35 Pelotão Assassino
(de John Eyres, EUA/1994, com Frank Zagarino, Brian Genese, Beth Toussaint. Acção)

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
13.35 Contra-Ataque
14.30 Adultos à Força
15.30 Sétimo Céu
16.30 Doído por Ti
17.00 A Escada
(de Karen Arthur, EUA/1998, com Barbara Hershey, William Petersen, Diane Ladd, Justin Louis. Drama)
19.00 Roar
20.00 Acção em Acapulco
21.00 Directo XXI
22.00 Desvendando o Segredo
(de Bruce Pittman, EUA/1998, com Della Reese, Ossie Davis, Crystal Bernard. Drama)
24.00 A Demolidora
(de Albert Puy, EUA/1994, com Lance Henriksen, Sarah Douglas, Kristie Phillips, Tim Thomerson. Artes Marciais)
02.00 Profiler

Domingo, 13

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
10.30 Especial Desporto - Europeu de Corta-Mato
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Que Vida Esta!
16.10 Sub 26
17.35 Em Nome da Justiça
18.40 GLX
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telegestual
20.50 Casa Cheia
21.25 Futebol: Chaves-Benfica
23.20 Domingo Desportivo
00.55 Millennium
02.00 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.30 A Grandes Viagens de Comboio
13.40 Viúvas
14.30 Sarilhos com Elas
15.00 Desporto 2
18.00 Jornal de África
18.35 A História de Nikita
19.30 Bom Bordo
20.00 Os Simpsons
20.15 Onda Curta
(Casados - Curta-Metragem de Juan Carlos Fresnadillo, Esp./1996)
21.25 Artes e Letras - «Joly Braga Santos»
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Olhos nos Olhos

SIC

08.00 Buéréré
12.30 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Os Três Mosqueteiros
(de Stephen Herek, EUA/1993, com Charlie Sheen, Kiefer Sutherland, Chris O'Donnell, Rebeca de Mornay. Ver Destaque)
16.45 Os Imortais
17.45 Milagre em Manhattan
(de Les Mayfield, EUA/1994, com Richard Attenborough, Elisabeth Perkins, Dylan McDermott, J. T. Walsh. Ver Destaque)



Sala, António, junta-se ao elenco de «conversadores» da RTP1 com «Sala de Conversas»

20.00 Jornal da Noite
21.00 Polícias à Solta
21.40 Chuva de Estrelas
22.50 Um Beijo ao Morrer
(de James Dearden, EUA/1991, com Matt Dillon, Sean Young, Max Von Sydow. «Thriller»)
01.00 Último Jornal
01.35 Dra. Quinn
02.35 Portugal Radical

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.15 Missa
13.00 Portugal Português
14.15 Aventuras Selvagens
15.20 Doído por Ti
15.50 Kramer contra Kramer
(de Robert Benton, EUA/1979, com Dustin Hoffman, Meryl Streep, Jane Alexander. Drama)
18.25 A Patrulha do Tempo
19.30 Futebol (Campeonato Italiano)
21.30 Directo XXI
22.30 O Rosto da Lei
23.30 A Próxima Vítima
(de Fred Gerber, EUA/1995, com Kim Delaney, Scott Kraft, John J. York, Anthony Sherwood. Drama)
01.45 Profiler

Segunda, 14

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telegestual
20.45 Contra Informação
21.00 Nós, os Ricos
21.35 Canções da Nossa Vida
23.00 Sala de Conversas
00.15 24 Horas
01.10 Poltergeist

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.35 O Nosso Charly
17.25 Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
20.25 Hóquei em Patins: Portugal-França
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
23.50 Jornal Falado
23.45 Dançando no Tempo
00.35 À Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda dos Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.15 Último Jornal
02.50 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências



Ana Paula Ársio, protagonista de nova telenovela da Globo na SIC, «Hilda Furacão»



Janet Jackson: o novo disco quarta à noite na RTP1

Terça, 15

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telegestual
21.00 Espelho Meu
21.35 Herman 98
23.35 Reportagem
00.35 24 Horas
01.20 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Crime de Amor
(de Rafael Moreno Alba, Port./Esp./1972, com Nuria Espert, Américo Coimbra, Máximo Valverde, Baptista Fernandes. Melodrama)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
20.25 Hóquei em Patins: Portugal-Espanha
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 The Crown and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 Nash Bridges

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.00 Torre de Babel
23.30 Robocop 3 - Fora de Lei
(de Fred Dekker, EUA/1991, com Robert John Burke, Nancy Allen, Rio Torn, John Castle. Ficção Científica/Ação)
02.15 Último Jornal
02.50 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Código: Flecha (2.ª Parte)
24.00 Os Herdeiros de Diana
01.00 Golo
01.30 Ai Que Vida!
21.10 Feedback
03.00 Profiler

Quarta, 16

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 História dos Direitos do Homem
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
20.00 Telegestual
21.00 Diário de Maria
22.00 Braveheart - O Desafio do Guerreiro
(de Mel Gibson, EUA/1995, com Mel Gibson, Sophie Marceau, Patrick McGoohan. Ver Destaque)
01.20 24 Horas
02.15 Janet Jackson

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
20.25 Hóquei em Patins: Portugal-Austria
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 Zoom
23.45 Carlos Cruz
00.45 Dharma e Greg

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
17.40 Corpo Dourado
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sarilho Chamado Marina
21.30 Torre de Babel
22.30 Casos de Polícia
23.45 O Último Padrinho
01.00 Último Jornal
01.35 Conversas Secretas
03.00 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Robocop
21.00 Directo XXI
22.00 Só para Adultos
(de Alan J. Pakula, EUA/1992, com Kevin Kline, Mary Elizabeth Mastrantonio, Kevin Spacey, Rebecca Miller. «Thriller»)
00.05 Ally McBeal
01.05 Ai Que Vida!
02.00 Lanterna Mágica
02.30 Profiler

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

A Paixão dos Fortes

(Quinta, 15.40, RTP2)

Perto de Tombstone e quando se aprestam a dar por finda a tarefa de transporte de uma manada de gado em direcção à Califórnia, os irmãos *Earp* são assaltados por um bando de malfeitores, o irmão mais novo é morto e as cabeças de gado roubadas. Nomeado *sheriff* e os irmãos seus ajudantes, *Wyatt Earp* enceta a perseguição aos criminosos e acaba por alcançá-los. Com uma magistral interpretação de **Henry Fonda** e dois excelentes papéis de **Victor Mature** e **Linda Darnell**, este belíssimo filme de **John Ford** é inspirado na lendária personagem do Oeste - *Wyatt Earp* - e conta-nos um episódio famoso da história de um dos mais corajosos defensores da Lei. Sendo, sem dúvida, um celebrado *western* de **John Ford** (numa impressionante lista de 54!), a obra mostra-se ainda superior às várias versões da história dos irmãos *Earp*, incluindo mesmo o excepcional *O.K. Corral* realizado por **John Sturges** em 1957.



Henry Fonda, Linda Darnell e Victor Mature, em "A Paixão dos Fortes"

japoneses e chineses e se separa dele, ao mesmo tempo que este experimenta os horrores dos combates e a privação da liberdade, até se juntar, quase indiferente, aos seus pais num campo de concentração após a libertação pelas tropas norte-americanas. Virtuosticamente encenado e altamente emocionante em largos períodos, o filme foi o primeiro a revelar-nos um jovem e promissor actor - **Christian Bale** - e está repleto de cenas de antologia, como sejam por exemplo as de bombardeamento do campo pelos aviões americanos (e a forma como o jovem segue essas «peripécias») ou a sua (e nossa) surpresa face ao clarão do bombardeamento atómico de Nagasaki.

A Divina Comédia

(Sábado, 01.00, RTP2)

Considerado um dos melhores exemplares da recente cinematografia de **Manoel de Oliveira**, *A Divina Comédia* é uma complexa teia de referências literárias e filosóficas à volta da discussão dos valores da civilização ocidental. Com um elenco de luxo, o filme conquistou o Grande

Vale Abraão

(Quinta, 22.50, RTP2)

O livro homónimo de **Agustina Bessa-Luís** do qual o argumento deste filme foi adaptado era já de si inspirado na obra-prima de **Flaubert** *Madame Bovary*. **Manoel de Oliveira** mostra-se particularmente em forma ao realizar, numa encenação de grande beleza (e exaltada, como tal, pelos *Cahiers du Cinéma*) a história de uma família do Vale do Douro e de *Ema*, uma mulher extremamente bela, sempre atraída por intensas paixões, que acaba por morrer afogada no rio Douro. Acidente? Suicídio? Com **Leonor Silveira**, **Luís Miguel Cintra** e **Rui de Carvalho** nos principais papéis.

Fenómeno

(Sexta, 22.50, RTP2)

Um fenómeno misterioso toca a vida de um pacato cidadão na precisa data em que completava 37 anos de idade. De repente, o simpático



Mel Gibson, realizador e actor principal de "Braveheart"

mecânico transforma-se numa verdadeira personagem famosa, senhor de fantásticos poderes, totalmente enciclopédico nos seus interesses e pronto a ajudar o próximo no encontrar das ajustadas soluções para os mais diversos e complexos problemas. Mas a fama e a sabedoria não trazem a felicidade completa e o que o nosso cidadão mais desejava era o amor de uma jovem mãe de dois filhos, sozinha e divorciada... Um *melodrama* romântico, com o seu toque de fábula de encantar, com destaque para as interpretações de **John Travolta** e **Kyra Sedgwick**.

O Império do Sol

(Sábado, 17.00, SIC)

Com acção situada na China durante a II Grande Guerra, este filme de **Steven Spielberg** (seguramente uma das suas melhores obras) é a adaptação de um romance semiautobiográfico de **J. G. Ballard** que só não chegou a ser aproveitada por **David Lean** por este considerar que o enredo e a atmosfera poderiam parecer-se muito com *A Ponte do Rio Kwai*. Nele seguimos o percurso dramático de um miúdo norte-americano cuja família é surpreendida pelo conflito entre

Prémio Especial do Júri no Festival de Cinema de Veneza de 91.

Os Três Mosqueteiros

(Domingo, 13.45, SIC)

Filmada na Áustria, esta é mais uma adaptação do célebre romance de **Dumas**, desta vez com um quarteto de jovens actores divertindo-se imenso a dar corpo às personagens lendárias deste romance de aventuras. O filme, pelo seu lado, é um excelente espectáculo de diversão, agora que se aproxima a época das reposições nesta onda. Com **Charlie Sheen**, **Kiefer Sutherland**, **Chris O'Connell**, **Oliver Platt** e... **Rebecca De Mornay**.

Milagre em Manhattan

(Domingo, 17.45, SIC)

Cá está mais um *remake* de um clássico de sempre nas temporadas de Natal: *Milagre em Manhattan* já foi êxito em 47, quando **George Seaton** levou à tela a história de um homem que é levado a tribunal por se ter feito passar pelo... Pai Natal. Depois de outra versão (para a televisão) realizada em 73, surge agora esta, datada de

94, com **Richard Attenborough** no principal papel e que se diz merecer uma visão, sobretudo num Domingo à tarde.

Braveheart, O Desafio do Guerreiro

(Quarta, 22.00, RTP1)

Integrada no grande caldeirão que é o cinema industrial de grande espectáculo, *Braveheart* é uma surpreendente e desenvolva realização do actor **Mel Gibson** tendo como pano de fundo a história do lendário herói escocês **William Wallace** que, à cabeça de um exército de camponeses



Leonor Silveira, em destaque em "Vale Abraão" e "Divina Comédia", de Manoel de Oliveira

e outros patriotas, se opôs à coroa inglesa quando, em finais do século XIII e na sequência de uma crise dinástica, a Inglaterra integrou a Escócia sob o seu domínio. Além de uma epopeia heróica, o filme é também uma história de amor, já que a *Princesa Isabelle de França*, casada com o filho de **Eduardo I** e enviada por este a negociar com **Wallace**, se apaixona pelo guerreiro, tornando-se sua amante e acabando por trair os ingleses. Além de **Mel Gibson**, nos principais papéis destacam-se **Sophie Marceau** e **Patrick McGoohan**.

CABO & SATÉLITE

Aniversário dos «Direitos do Homem»



Para comemorar o cinquentenário da **Declaração Universal dos Direitos do Homem** o canal francófono **La Cinquième** vai começar a transmitir, na quinta-feira 10, uma série de documentários e debates no espaço intitulado «**La Cinquième rencontre...**». Esta semana, estará em plano de destaque um relatório audiovisual elaborado pela **Amnistia Internacional** que se debruça sobre atentados aos direitos do homem um pouco por todo o mundo, da Arábia Saudita ao Kosovo, do Afeganistão aos EUA, com imagens fortíssimas que se diz serem de grande crueza, por vezes insuportável, relacionadas com repressão, execuções sumárias, tortura e miséria.

(La Cinquième, Quinta, das 13.45 às 15.30)

Homenagem a uma grande cantora

O canal **Muzzik** vai dedicar grande espaço da sua emissão de sexta-feira 11 a uma voz extremamente original do jazz moderno - a cantora **Betty Carter**, falecida em 28 de Setembro último - a propósito da qual serão transmitidos dois concertos: o primeiro, realizado durante o **Festival de Jazz de Nice** realizado já em 98 e um outro, com a própria **Betty Carter** no **Festival de Jazz de Montréal** de 82. Um momento único para voltar a ouvir a magia da imaginação e improvisação.

(Muzzik, Sexta, das 20.00 às 21.30)

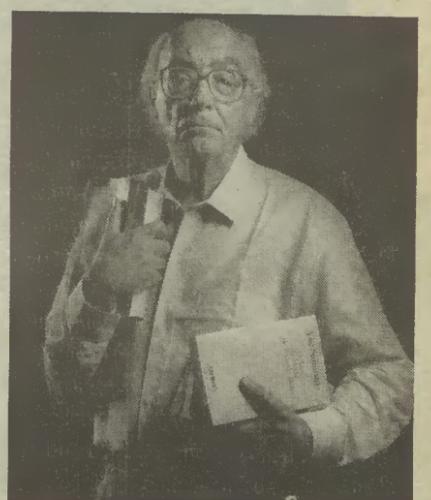


A entrega do Nobel a Saramago

É evidente que os canais nacionais vão estar atentos durante todo o dia de quinta-feira 10 à cerimónia da entrega do Nobel a **José Saramago** e ao seu discurso na cerimónia solene em Estocolmo. Mas, se o leitor quiser averiguar como a personalidade do escritor é encarada noutras paragens, pode, por exemplo, sintonizar a **BBC World** no próximo domingo 13.

O canal britânico apresentará um programa especial sobre os vencedores deste ano nas várias especialidades, incluindo naturalmente o nosso **Prémio Nobel da Literatura**.

(BBC World, Domingo, às 19.30)



Interrogações em época de feriados

Para minha própria estranheza, confesso-vos que me tenho surpreendido a discordar daqueles que, nos últimos tempos - entradas há semanas em vigor as novas grelhas de programas da RTP -, não cessam de lamentar o desaparecimento, no segundo canal, de um espaço cinematográfico como «Cinco Noites, Cinco Filmes».

É certo que ali se podiam ver, as mais das vezes, alguns excelentes exemplares do cinema de todos os tempos.

É ainda verdade que, quanto à origem das cinematografias contempladas, era esse um espaço onde por vezes se encontrava um leque de alternativas ao todo-poderoso cinema norte-americano, sobretudo aos seus piores subprodutos omnipresentes no primeiro canal.

Também é difícil discordar de que, com a exibição de bons filmes, se voltava a criar o gosto pelo melhor cinema e se devolvia ao nosso serviço público de televisão um prestígio que ele tinha alcançado em tempos já recuados, entretanto de certo modo perdido para a TVI, muito antes de esta também ter ensandecido nesta matéria.

Parece-me, não obstante, que seria injusto ignorar algumas questões colocadas por aqueles que se não incomodam tanto com a supressão deste espaço.

Por exemplo: não é igualmente verdade que, nos últimos meses da grelha anterior, era já penoso assistir às manobras de oportunismo por parte dos programadores, desviando para «Cinco Noites, Cinco Filmes» filmes mais do que medíocres, abaixo de qualquer classificação em matéria de qualidade e que, nada tendo a ver com este espaço, apenas ali iam parar porque se queria dar a ilusória ideia de que se adequavam a tal ou tal ciclo?

Não é também certo que a proliferação destes ciclos se revelava já, em muitos casos, completamente supérflua e artificial?

E não se terá transformado a manutenção regular deste espaço do horário nobre (sobretudo quando esgotado o acervo dos bons filmes) num empecilho que impedia objectivamente a programação de idênticos espaços de qualidade relacionados com outras áreas que não apenas a do cinema?

Entendamo-nos: por maioria de razões no serviço público de televisão, julgo que é absolutamente essencial continuar a dar-se o devido relevo às melhores obras cinematográficas, embora com conta, peso e medida e sem que

isto impeça o desenvolvimento da produção de outros formatos essencialmente televisivos, com uma linguagem própria ou adaptada a este meio de difusão de massas - assim se dando do mesmo passo trabalho aos autores, criadores e artistas nacionais.

E com isto chego à segunda e última questão. Mais do que privilegiar a transmissão de filmes, como estratégia para escapar da maneira mais fácil ao preenchimento de consideráveis períodos de emissão, os responsáveis das nossas televisões - é em particular da RTP - deveriam privilegiar a divulgação de outras formas de criação audiovisual que ajudassem, elas também, à criação ou renovação de públicos, despertando nestes, ao mesmo tempo, o

gosto por assistir a outras artes de representação nas salas de espectáculos.

Refiro-me, por exemplo, a programas na área da *ficção portuguesa* (e não apenas em *língua portuguesa*, para que não se criem subterfúgios

apenas úteis à elaboração de ilusórias estatísticas), com o apoio para a criação e produção de séries de qualidade e não exclusivamente de *sitcoms* nas quais se imita (as mais das vezes mal) o que já nos chega em demasia lá de fora. Refiro-me, também, à regular adaptação para a linguagem televisiva das grandes obras do teatro clássico ou contemporâneo, português ou estrangeiro. Refiro-me, ainda, noutra área, à realização em estúdio ou à transmissão directa, a partir de salas nacionais por todo o país, de concertos e recitais de música ou mesmo de ópera, este último um domínio da música clássica que é inequivocamente popular.

O problema é que, desaparecido o espaço «Cinco Noites, Cinco Filmes» - e tendo-se chegado à solução aceitável de continuar a apresentar na RTP 2 uma média de, pelo menos, dois bons filmes por semana - aquele período do horário nobre foi substituído, no essencial, por programas onde a inflação da palavra falada (mais adequada, por exemplo, aos períodos do fim-de-semana, próprios para o calmo debate e reflexão) persiste em ocupar o espaço mais propício ao bom produto audiovisual, sendo este mais uma vez relegado para horas «impossíveis».

O problema é que, mesmo em termos de cinema, não se procedeu à distribuição pelos dois canais dos melhores filmes em carteira e continuou-se a ignorar uma imperiosa revisão e inversão da estratégia «populista» há muito adoptada para a RTP 1 e que, mesmo assim, não consegue fazer face à concorrência: despejar para lá tudo o que sejam produções em série de pancadaria desenfreada, sangue e violência a jorros e pornografia mais ou menos encapotada, assim desqualificando ainda mais um canal que também pertence (lembra-se?) ao serviço público!

Donde talvez conviesse acertar um pouco melhor a pontaria das críticas...



Mercadores

Nestes dias gelados e coloridos, as pessoas saem às ruas e compram. De tudo. Daquilo a que os bolsos - poucos a abarrotar, muitos de infeliz magreza - permitem e conseguem. Quase toda a gente, entre a que pode realmente adquirir algo mais do que a sopa e o conduto da vida, vai ao ponto de se deixar tentar pela cultura em geral, pela arte em particular. Embora a arte e a cultura sejam coisas bem mais divulgadas do que o que muita gente pensa.

O que distingue realmente a humanidade das outras espécies há-de ser a arte e muito menos o riso, como já foi escrito, pois que não sabemos nada do sentido de humor dos outros bichos, mas sabemos bem, se atentarmos no mundo em redor, da importância e do quotidiano da arte, que está em todo o lado acompanhando cada gesto humano, sai de cada acção humana, seja na palavra, mesmo na que não chega a formular-se mas está dita porque foi pensada, ao mais pequeno artefacto cuja forma, mesmo que seja para lhe dar utilidade e jeito, se encontra impregnado de arte - uma cadeira nunca é apenas um amparo para nos sentarmos; um prato não será nunca apenas um suporte, mais ou menos cheio de comida; um cozinhado não foi nunca apenas a melhor maneira de tragar uma refeição.

Porque a arte está em tudo o que tocamos ou escolhemos, faz parte do mundo que vivemos e laboriosamente transformamos, porque ela é tão quotidiana e natural - e necessária - mais sentido faz a crítica há anos lançada por José Saramago, numa campanha eleitoral em que participou apoiando as listas de uma coligação de comunistas e de outras forças democráticas, aos que, «quando ouvem falar de cultura, puxam logo da... gravata». Mais sentido fará, nestes dias gelados e felizes, o gesto do escritor, escolhendo levar a Estocolmo o traje alentejano, integrando um capote no cerimonial do Prémio, levando no discurso a memória dos avós cuja sabedoria não precisou de

medida, do bolso que nos calha, abastado ou magro, segundo se enche do trabalho dos outros ou se esvazia ao sabor do suor despendido.

Voltando, porém, ao início desta crónica, as gentes, em quadra de festa, saem à rua e vão comprar. Chegam ao ponto de adquirir obras de arte. E nisto me surpreendo, há dias, acotovelando-me com a multidão em algararra num hipermercado, entre cheiros de presunto e de frango assado, caixas de bombons, garrafas de espumante e... livros, e discos.

Hoje, talvez felizmente - não quero entrar na polémica que opõe editores e livreiros quanto ao lugar sagrado onde a arte se vende - os livros e os discos têm lugar cativo nos supermercados. Às vezes em lugar de mais sossego, em espaço reservado onde se espregam CD's, se folheiam livros, se vêem crianças encantarem-se com a banda desenhada. E se encontram obras a

melhor preço. Penso que o facto de o preço ser mais convidativo e o convívio menos formal com as obras pode ser

coisas de comprar arte. Por outro lado, não deixa de ser sintomático do tipo de sistema em que vivemos o facto de se misturar o livro com as peúgas, a música com os enchidos, por mais arte que todos os produtos humanos contenham. E se verifique, como eu, abismado, dei conta, que também aqui os preços tinham muito a ver com o modo de ver e vender a arte, com o modo, afinal de contas, de a viver.

É que, na zona reservada às promoções, havia uma profusão de edições «pimba», em CD's de grande brilho, que se esgotavam como pãozinhos quentes. Tristonhas no seu escapatate solitário, também em promoção, algumas dúzi-

CRÓNICA

Leandro Martins



letras, precisando as letras da sabedoria para que façam sentido e assim possam abrir novos horizontes à nossa humanidade.

Posto isto, a verdade é que, tal como cada homem e cada mulher têm consciência de si próprios e a humanidade possui uma consciência colectiva, reconhecendo-se e reconhecendo o mundo, também sabem todos reconhecer que, existindo embora a arte em todos os momentos, ela se separa e adquire pergaminhos próprios quando construída para valer como tal. O objecto de arte - com ou sem «nenhuma» utilidade - mobila a nossa vida e o espaço real ou virtual em que existimos. Fará sentido uma casa de paredes nuas, sem ao menos a modesta gravura de um quadro que nos apetece? As horas vazias de música? A memória deserta de uma história contada? Uma festa sem uma canção?

O resto, quer dizer, a qualidade das obras que nos acompanham, é outro assunto. Depende de muitos outros factores - da nossa cultura acumulada e reflectida, das propostas que os artistas, a sociedade e o poder nos fazem, do que permitem e do que não deixam, do que oferecem ou impingem. E, também, em larguíssima

as de sinfonias. Ele era Beethoven, Dvorak, Haydn, Mozart. A quinhentos paus o CD, pouca gente lhes tocava. Os «pimbas» desapareciam nos carrinhos metálicos e lá iam em direcção à caixa, bamboleando nas rodas, a três contos cada.

Talvez seja só eu quem se surpreende com isto, que me não «explique» logo a seguir o contexto «cultural» em que tal disparate pode suceder, com a «educação» a que o público - isto é, as massas - está sujeito, sofrendo o bombardeamento mediático dos pimbas de todo o mundo, unidos contra a qualidade. Talvez, por momentos, me haja esquecido de que a esperança permanece, enquanto, em Portugal, muitos milhares de pessoas de humildes letras adquirem as obras de Saramago, o leiam e o entendam, enquanto alguns engravatados lhe procurem catar as vírgulas e desistam às primeiras páginas porque de cultura não entendem nada e de gravatas percebem muito. Ao afastar-me da zona dos livros e dos discos, rumo às passas e às nozes, dei conta de que uma empregada colocava mais livros no escapatate dedicado ao Nobel. Na foto, Saramago parecia sorrir.

ESCAPARATE



Carlos do Carmo - 35 anos de carreira

É já amanhã, pelas 22 horas, que se realiza no **Grande Auditório do Centro Cultural de Belém** um espectáculo comemorativo dos 35 anos de carreira de uma das nossas maiores vozes modernas do fado: **Carlos do Carmo**. A exemplo do que aconteceu em Maio no **Olympia** de Paris, também Lisboa vai agora homenagear o grande fadista num espectáculo que contará, ainda, com a participação de representantes de duas gerações de fadistas - **Argentina Santos** e **Camané** - e com um brilhante conjunto de acompanhantes: **Paulo Parreira** (guitarra),

José Maria Nóbrega (viola), **José Elmiro** (guitarra-baixo) e, ainda, como convidados especiais, **Raul Nery** e **Ricardo Rocha** (guitarras). É assim que Lisboa vai poder homenagear o criador de êxitos tão populares como *Por Morrer uma Andorinha*, *Duas Lágrimas de Orvalho*, *Bairro Alto*, *Gaivota*, *Canoas do Tejo*, *Os Putos*, *Lisboa Menina e Moça*, *Estrela da Tarde*, entre tantos e tantos êxitos e criações inesquecíveis desta grande voz que levou até às cinco paragens do Mundo os traços culturais populares tão portugueses como são os do Fado.

HOMENAGEM

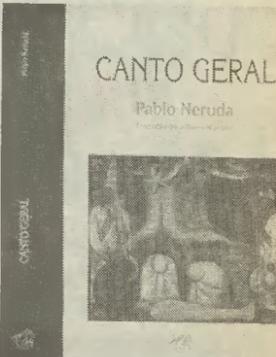
Recordando Jorge Peixinho

Numa iniciativa integrada no 1.º **Festival Internacional de Músicas Contemporâneas de Lisboa 1998**, vai hoje ter lugar no **Teatro Académico de Gil Vicente** uma homenagem ao compositor português **Jorge Peixinho** num programa intitulado «**Música Electrónica - Um Panorama Português**». Assim, às 14 e às 17 horas, **João Pedro Liveira** e **José Tomás Henriques** farão demonstrações de *software* e *hardware* dedicado à composição musical utilizando meios electrónicos; e às 21.45 será realizado um concerto do qual constarão as seguintes obras: «**Liquid Crystals**» de **José Tomás Henriques**; «**Généalogies**» de **Virgílio Melo**; «**Gamação n.º 1**» de **António Sousa Dias**; «**Anamorphoses III**» de **Isabel Soveral**; «**Comunicações**» de



Miguel Azguime; e «**A Viagem dos Sons**» de **João Pedro Oliveira**. Com coordenação de **João Pedro Oliveira**, esta é uma realização conjunta do **Departamento de Música e Arte da Universidade de Aveiro** com o apoio do **Ministério da Cultura**, **Instituto Português das Artes do Espectáculo**, **Teatro Nacional de S. Carlos** e **Teatro Académico Gil Vicente**.

LIVROS



Canto Geral

Pablo Neruda, para muitos portugueses, tornou-se conhecido recentemente com um filme. O célebre *Carteiro* que, estreado discretamente, não escapou a um dos maiores êxitos que podem assinalar-se em termos de bilheteira, que é como quem diz, de permanência nas salas e de assistência. A televisão também foi sensível a este sucesso que deu uma larga e merecida publicidade não apenas a um belo filme mas a uma personalidade marcante na cultura e na política em todo o mundo. Entretanto, Neruda não foi apenas essa figura que o filme esclarece, mas o autor de uma vasta obra. Que hoje a **Campo das Letras** vem colocar à disposição de quem a conhece já ou de quem, desconhecendo-a, ficou cativado pela personalidade do poeta. **Canto Geral**, talvez o seu livro mais significativo, foi agora lançado, em tradução de **Albano Martins**. Nada melhor que um poeta para traduzir um outro, já aqui o dissemos a propósito de outros livros. Este foi para **Pablo Neruda**, em palavras suas, o seu «livro mais importante».



Estórias Contadas

A obra de **Germano Almeida**, o escritor cabo-verdiano autor destas *Estórias Contadas*, já assinou outras obras publicadas pela **Caminho**, na sua colecção *Uma Terra Sem Amos*. E contará certamente já com leitores fiéis entre nós, a quem seduziu o sabor desta literatura em português de longe e de tão próximo, escrita por um autor que, nascido em Cabo Verde, onde exerce advocacia, se licenciou em Lisboa. O livro agora publicado reúne cinquenta e cinco crónicas que são outros tantos meios de «entrar» em Cabo Verde, no seu quotidiano, no encantamento da história que é feita de estórias, contadas aqui pelo autor de *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo* (obra que já foi adaptada ao cinema).

TEATRO



Teatro Infantil em Lisboa

Numa programação de espectáculos que quase sempre despreza as crianças, o destaque vai hoje para uma «superprodução musical» (assim é anunciada) especialmente dedicada ao público infantil e intitulada «**O Corcunda de Notre Dame**». A partir da história já conhecida, trata-se de um texto e encenação que **Fernando Gomes** criou para a companhia do **Teatro Infantil de Lisboa** e sobe à cena no **Teatro Municipal Maria Matos**, às quartas às 10.30 e 15

horas, às quintas e sextas às 10.30, aos sábados às 16 horas e aos domingos e feriados às 15 horas. Com coreografia de **Victor Linhares**, música de **Quim Tó**, cenografia de **Kim Cachopo** e figurinos de **Clara Bento** e **Lucília Telmo**, a interpretação está a cargo de **Agostinho Macedo**, **Elsa Galvão**, **Fernanda Montemor**, **Fernanda Santana**, **Joana Bastos**, **Kim Cachopo**, **Maria João Vieira**, **Paulo Neto**, **Pedro Fernandes** e **Rui Raposo**.

CLÁSSICA

Temporada de Música na Gulbenkian

Prossegue esta semana a série de concertos e recitais integrados na **Temporada de Música 1998/99** da **FCG**. Hoje e amanhã, respectivamente às 21.30 e 19 horas, no **Grande Auditório**, a **Orquestra Gulbenkian** com o solista **Pierre Amoyal** (violino) e o maestro **Max Rabinovitsj** interpretarão o **Concerto n.º 3 em Si menor op. 61** de **Camille Saint-Saëns** e o **Quinteto com Piano em Sol menor op. 25** de **Brahms / Schoenberg**; no domingo 13, às 16.30, na **Sé Patriarcal de Lisboa**, **Jennifer Bate** interpretará obras para órgão de **Oliver Messiaen**; e na terça 15, às 19 horas, de novo no **Grande Auditório** da **FCG** o baixo **José Van Dam** e o pianista **Maciej Pikulski** darão um recital com *Lieder* de **Johannes Brahms**, **Richard Strauss**, **Gabriel Fauré**, **Henri Duparc** e **Maurice Ravel**.

Aniversário da Orquestra Sinfónica Juvenil

Para comemorar o seu 25.º aniversário, a **Orquestra Sinfónica Juvenil** realizará um concerto especial no próximo domingo 13, às 17 horas, no **Grande Auditório do Centro Cultural de Belém**. Neste concerto, que contará com a participação solística da pianista **Tânia Achot**, será interpretadas: **Abertura «As Bodas de Fígaro» K. 492** de **Mozart**; **Concerto n.º 1 em Sol Maior op. 25** de **Mendelssohn**; e a **Sinfonia n.º 100 em Sol Maior «Militar»** de **Haydn**. A direcção da orquestra é de **Christopher Bochmann**.

JAZZ E CANÇÕES

A Italian Instabile Orchestra em Lisboa

Depois de encerrar no próximo sábado 12 o **Festival de Jazz de Faro**, a **Italian Instabile Orchestra** actuará no dia seguinte, domingo 13, às 21.30, num concerto único em Lisboa a realizar no **Grande Auditório da Culturgeste**. Segundo a apresentação do concerto, esta orquestra, composta por 19 solistas «conquistou, num curto espaço de tempo, um lugar de destaque no mundo do jazz internacional, sendo considerada a maior representante do novo jazz italiano. (...) Em Itália, seu país de origem, foi nomeada «Melhor Grupo de Jazz Italiano do Ano».

Canções Nómadas

Também na **Culturgeste**, mas na 3.ª feira 15, à mesma hora e no mesmo auditório, será a vez de actuar num recital subordinado ao título em epígrafe a cantora grega **Angélique Ionatos**, que



será acompanhada na guitarra, percussões e outros instrumentos populares por **Henri Agnel**. Notabilizada pela interpretação de obras de **Mikis Théodorakis**, esta cantora propõe-nos «um concerto de canto tradicional grego, do cigano ao popular, onde se misturam a riqueza de culturas múltiplas e o prazer da comunicação com o público».



ATALHE DE FOICE

Cegueiras

Em vésperas da edição portuguesa do «Livro Negro do Capitalismo», Pacheco Pereira ripou da pena ainda entupida pela verborreia com que aclamou o «Livro Negro do Comunismo» e produziu um nojo. Com o anticomunismo primário que o caracteriza mas sem a lucidez que se lhe reconhece em muitas das suas intervenções, Pacheco Pereira, aparentemente agoniado com a iniciativa editorial, não hesita em classificá-la como ilustradora do «grau de indigência política e ideológica a que estão hoje reduzidos os comunistas e as pessoas à esquerda que mantêm uma cegueira colectiva e criminosa sobre o que aconteceu no nosso século».

As razões invocadas por Pacheco Pereira não serão de antologia - antes parece que a imaginação o atraçou e a lógica o deixou órfão -, mas certamente não destoariam numa qualquer brochura sobre as supremas vantagens do capitalismo e a malvadez intrínseca do comunismo.

A primeira razão a reter é que comunismo e capitalismo não se podem comparar porque são «duas realidades incomparáveis»: ao contrário do comunismo, diz, «o capitalismo não é uma ideologia», mas tão-só «um estado económico» fruto de uma actividade inerente à humana condição, a saber, a economia de mercado. Segue-se que «o capitalismo não resulta da propaganda política, nem da acção de partidos "capitalistas", nem de ideologias», antes proliferando no mundo por geração espontânea, meritória ocorrência só transitoriamente perturbada pelo comunismo, «um sistema político e ideológico nascido da vontade dos homens».

Acresce que é graças ao capitalismo que o mundo vive em democracia e liberdade, donde resulta que «aquilo a que verdadeiramente os comunistas se opuseram e opõem não é ao capitalismo é à democracia», esse sistema de «liberdades políticas» nascido da «compreensão do papel da propriedade privada, como reserva da liberdade, e da economia de mercado como mecanismo de criação da riqueza, cuja "mão invisível" é mil vezes mais eficaz do que a "mão visível" da força e do terror das utopias do Bem e da felicidade».

Assim escreveu Pacheco Pereira na crónica da passada quinta-feira no DN. Na véspera, uma notícia divulgada na Rádio Paris-Lisboa passava quase despercebida: um professor primário, dos muitos há meses em greve de fome algures na Rússia, morreu. Sem títulos na primeira página, sem artigos de opinião, sem indignações nem protestos dos Pachecos Pereira do glorioso mundo democrático. Morreu de fome, em liberdade.

Enquanto isso, a «mão invisível» e eficaz da economia de mercado, esse tal mecanismo de «criação de riqueza», fez desaparecer em poucas semanas cerca de cem mil empregos, em nome dos supremos interesses da concentração empresarial. E outros despedimentos globais e em massa se anunciam à escala planetária, sem que estremeçam os sensíveis corações dos Pachecos Pereira do admirável mundo livre.

De Pol Pot a Pinochet, de Mubutu a Suharto, das mais terríveis ditaduras latino-americanas às monarquias do Golfo, dos cartéis da droga às mafias de todas as espécies, da opulência ofensiva de uns poucos à miséria degradante de muitos, do neonazismo consentido à marginalização das forças de esquerda, das guerras geoestratégicas aos boicotes económicos, há toda uma panóplia de crimes hediondos contra a humanidade com a chancela do capitalismo que não é possível eludir. Quem são afinal os indigentes políticos e ideológicos? Quem sofre de cegueira colectiva? Os que proclamam e aclamam o «fim da História» e reverenciam no capital o bezerro de ouro, ou os que persistem na luta por um mundo sem exploradores nem explorados?

Pacheco Pereira está cego.

Os comunistas não combatem a democracia; continuam a bater-se pela verdadeira democracia, que não confundem com arremedos nem trocam por um prato de lentilhas.

■ Anabela Fino

Nobel da Literatura 1998 Academia Sueca consagra hoje Saramago

O Prémio Nobel da Literatura é hoje entregue a José Saramago na Academia Real Sueca, em Estocolmo, onde o escritor irá fazer uma intervenção, que se prevê curta mas «cheia de conteúdo». A cerimónia será transmitida em directo pelos quatro canais portugueses, sendo que a RTP 1 emite a partir das 15.20 horas um programa especial dedicado ao autor português.

Em Estocolmo desde o passado sábado, José Saramago está acompanhado, para além de sua mulher, filha e neto, de Zeferino Coelho, da Editorial Caminho, do presidente da Associação Portuguesa de Escritores, José Manuel Mendes, do presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, Luís Francisco Rebelo, do professor Eduardo Lourenço e do escritor Baptista-Bastos.

Na capital sueca tem tido uma agenda muito preenchida, onde se destacaram uma conferência na Universidade de Estocolmo, um almoço com o embaixador de Portugal, o lançamento de um número especial da revista «Camões», um encontro com a comunidade portuguesa e um

jantar oferecido pelo Presidente da República.

Porém, até ao dia de hoje, o momento mais alto decorreu na passada segunda-feira, em que deu uma conferência na Academia Real Sueca. A sala da instituição ficou repleta com mais de trezentas pessoas que o ouviram atentamente e irromperam em palmas, mal o escritor concluiu as últimas palavras: «A voz que leu estas páginas quis ser o eco das vozes conjuntas das minhas personagens. Não tenho, a bem dizer, mais voz que a voz que elas tiveram. Perdoai-me se vos pareceu pouco isto que para mim é tudo.»

Foi «um discurso único», «tão brilhante como esperava», disse o secretário da Academia

Sueca, Sture Allen, em declarações à Lusa, referindo-se à palestra de Saramago.

Mestre e aprendiz

Ao longo de 45 minutos de leitura, o autor laureado explicou como «a personagem foi mestre e o autor seu aprendiz», fazendo do avô e da avó fios condutores das 15 páginas em que evoca a sua obra.

A primeira referência foi ao avô que não sabia ler nem escrever, mas foi o homem mais sábio que Saramago conheceu em toda a sua vida. A sabedoria da avó descobriu-a mais tarde quando, já viúva, a ouviu lamentar-se da morte que a privaria de «um mundo tão bonito».

Recordando as suas origens e as lições colhidas nas suas próprias obras, lembrou os homens e mulheres do Alentejo, «aquela irmandade de condenados da terra», «enganada por uma igreja tão cúmplice como beneficiária do poder do Estado e dos ter-

atenentes latifundistas, gente (...) vítima inocente das arbitrariedades de uma justiça falsa». Gente com quem afirmou ter aprendido a ser paciente, a confiar e a entregar-se ao tempo.

Com o «Memorial do Convento», Saramago diz que ficou a saber que «são os sonhos que seguram o mundo na sua órbita», enquanto com a «Jangada de Pedra» lançou-se numa nova descoberta «a caminho de uma utopia nova», numa viagem em que a «Europa, toda ela, deverá deslocar-se para o Sul, a fim de, em desconto dos seus abusos colonialistas antigos e modernos, a ajudar a equilibrar o mundo».

Duvida de uma religião que faz mártires e mata inocentes e escreve o «Evangelho Segundo Jesus Cristo», voltando a questionar «o obscuro labirinto das crenças religiosas» em «In Nomine Dei». A cegueira da razão sugere-lhe um ensaio onde considera que «dignidade do ser humano é insultada todos os dias pelos poderosos do mundo».

Combater as privatizações por melhores serviços públicos

Realiza-se no próximo sábado, 12 de Dezembro, no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, o Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre o Sector Público, os Serviços Públicos e as Privatizações.

O Encontro, cujos trabalhos serão encerrados por Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP, irá fazer o ponto da situa-

ção do processo de privatizações e das suas consequências, pretendendo incentivar a resistência e a luta para o travar e exigir um sector público forte com serviços de qualidade capazes de responder às necessidades nacionais no horizonte do século XXI.

Para além das intervenções de fundo, o Encontro reflectirá conhecimentos e experiências diversificadas, no plano das consequências das privatizações, em relação designadamente aos direitos dos trabalhadores, à prestação de serviços públicos, aos interesses das populações e ao desenvolvimento regional.

Como sublinha a Comissão Organizadora da iniciativa, «não se trata de um encontro de camaradas ligados ao sector público, mas de um encontro sobre o sector público e as priva-

tizações». Neste sentido, está prevista a participação alargada de quadros do Partido - membros do Comité Central, das Direcções Regionais e de Orga-

nismos de direcção, dirigentes sindicais e membros de CTs, quadros técnicos, eleitos autárquicos, membros de Associações e movimentos.

Hoje e amanhã Pessoal da Saúde está em greve

Os trabalhadores da Saúde, representados pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FP), cumprem hoje e amanhã, quinta e sexta-feira, uma greve que encerrará muitos centros de saúde, afectando ainda as consultas externas dos hospitais, as cirurgias programadas e os exames complementares de diagnóstico. Na passada semana,

após o pré-aviso de greve, a ministra da Saúde decidiu reunir com Federação sindical, não tendo as partes chegado a acordo. Segundo a FP das 12 questões que motivaram a greve, a ministra apenas se comprometeu a iniciar negociações sobre o subsídio de risco. Para desconvoar a greve, a federação exigia que a governante se comprometesse a resolver pelo menos cinco delas.

De fora ficaram questões como a publicação do consenso obtido, em Dezembro de 1996, quanto à reestruturação das carreiras do pessoal dos serviços gerais do Ministério da Saúde, a publicação do despacho de aplicação do Abono para Falhas e o início das negociações para a reestruturação das carreiras dos técnicos de diagnóstico e terapêutica e dos técnicos de saúde.

Parque do Côa exige novas medidas

Congratulando-se vivamente com a classificação, por unanimidade, do complexo de arte rupestre do Vale do Coa como Património da Humanidade, a direcção do Sector Intelectual de Lisboa do PCP considera, em comunicado, que «as comemorações de tal evento não podem esconder, sob a retórica dos discursos oficiais, a insuficiente atenção que tem sido dada aos monumentos e sítios classificados como Património Mundial, quer no Orçamento de

Estado quer na nova Lei de Bases do Património».

Neste sentido, o PCP sublinha que o reconhecimento pela UNESCO da valor das gravuras, coloca «responsabilidades acrescidas» e recorda esta é já a nona classificação que contempla sítios patrimoniais no nosso país.

Os comunistas pedem assim «medidas concretas de reforço, quer no trabalho científico» «quer na sua adequação aos projectos de desenvolvimento integrado da região, que o governo

PS tem objectivamente descuidado». Considerando que a classificação do conjunto de arte rupestre pode constituir «um forte impulso para um real desenvolvimento da Região», o PCP defende a necessidade de o Governo actuar «funcionalizando as estruturas criadas, facilitando novos mecanismos de musealização, de visita e de divulgação, e tornando o Parque Arqueológico do Côa um efectivo mentor de cultura participada e de progresso».

Encontro Nacional de Quadros
PCP

Um Sector Público forte e dinâmico para a Democracia e o desenvolvimento

Presidência da Assembleia da Câmara
CARLOS CARVALHAS
Secretário-geral do PCP

Sábado, 12 Dezembro '98
10.30/18.00 horas
Salão da Junta de Freguesia de Alcântara - Lisboa

